

Banco Panamericano S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Exercício 2011 - IFRS

19 de Março de 2012

Demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – (“IASB”).

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores
Banco Panamericano S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas, não foram apresentadas as demonstrações consolidadas dos resultados e do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Entretanto, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB* requerem que as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 sejam elaboradas de forma comparativa com o exercício anterior (2010) e apresentem também as cifras do balanço patrimonial consolidado de abertura.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Panamericano S.A. e suas controladas em

31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*.

Ênfases

Limites Operacionais Regulatórios

Consoante apresentado na Nota 7.2.4, os limites operacionais regulatórios em 31 de dezembro de 2010 e de 2011 encontravam-se desenquadrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. Em 2011 foram aportados recursos, no valor de R\$ 1.300 milhões (nota 28(e)) e recebido depósito de acionista no valor de R\$ 620 milhões (nota 7.2.4) para fins de recomposição patrimonial. Adicionalmente, em janeiro de 2012 foi aprovado aumento de capital no valor de até R\$ 1.800 milhões, dos quais R\$ 972 milhões foram subscritos e integralizados em 31 de janeiro de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na Nota 16, existem em 31 de dezembro de 2011 créditos tributários ativos, no valor de R\$ 2.715 milhões, reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos para 31 de dezembro de 2011 e aprovados pelo Conselho de Administração, que incluem estudo da conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas nas referidas projeções. A realização desses créditos tributários registrados contabilmente depende da materialização dessas projeções e plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme descrito na Nota 3.1, as demonstrações financeiras do exercício de 2011 incluem valores correspondentes ao exercício de 2010, originalmente elaborados pela administração para atendimento de opção permitida pela Carta-Circular no. 3.435/10 do Banco Central do Brasil e consideradas para propósito especial em atendimento ao processo de convergência às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Essas demonstrações financeiras elaboradas para propósito especial foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião, antes dos ajustes referidos na Nota 3.2, sem ressalvas, com data de 13 de maio de 2011.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2011, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.2 que foram efetuados para alterar as cifras comparativas em 31 de dezembro de 2010. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Instituição referentes ao exercício de 2010, incluindo o seu saldo de abertura e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2010 tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Balancos Patrimoniais Consolidados em 31 de Dezembro
(Posição Financeira Consolidada)
Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	2011	2010
DISPONIBILIDADES		25.816	9.222
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL		937	831
ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO VALOR JUSTO		1.268.608	550.174
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		80.476	58.760
Instrumentos de dívida	11	71.699	30.905
Instrumentos de patrimônio	9	-	19.128
Derivativos	10	8.777	8.727
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO		119.410	-
Derivativos	10	119.410	-
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		1.068.722	491.414
Instrumentos de dívida	11	1.068.722	491.414
ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO		10.595.206	13.167.977
ATIVOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		766	15.670
Instrumentos de dívida	11	766	15.670
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		10.594.440	13.152.307
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	12	909.026	799.576
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13	9.685.414	12.352.731
ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	15	36.189	81.805
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	16	2.715.031	2.038.975
Ativos diferidos		2.715.031	2.038.975
OUTROS ATIVOS	17	599.310	742.287
ATIVO TANGÍVEL	18	11.559	37.300
ATIVO INTANGÍVEL	19	13.684	7.752
TOTAL DO ATIVO		15.266.340	16.636.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Balanços Patrimoniais Consolidados em 31 de Dezembro
(Posição Financeira Consolidada)
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO / (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota explicativa	2011	2010
PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		533	452.913
Derivativos	10	533	452.913
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO		1.894.835	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	22	924.107	-
Dívidas subordinadas	25	949.274	-
Derivativos	10	21.454	-
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		8.826.968	13.697.825
Depósitos de instituições financeiras	20	3.237.632	933.394
Depósitos de clientes	21	2.804.913	4.768.945
Relações com correspondentes	23	312.425	1.790.789
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	24	2.471.998	4.307.131
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	22	-	845.574
Dívidas subordinadas	25	-	1.051.992
PROVISÕES	26	840.443	663.672
Provisões para passivos contingentes		179.345	113.451
Provisões técnicas de seguros		115.722	129.471
Provisões para riscos fiscais		545.376	420.750
PASSIVOS FISCAIS	16	259.329	204.989
Correntes		28.348	-
Diferidos		230.981	204.989
OUTROS PASSIVOS	27	2.471.638	2.162.856
TOTAL DO PASSIVO		14.293.746	17.182.255
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES		972.562	(547.634)
Capital Social		1.108.091	1.108.091
Capital social – País		1.020.586	1.020.428
Capital social – Exterior		87.505	87.663
Reserva de capital		172	172
Reserva de lucros		290.121	-
Ajustes de avaliação patrimonial		(34)	5
Prejuízos acumulados		(425.788)	(1.655.902)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS		32	1.702
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / (PASSIVO A DESCOBERTO) TOTAL		972.594	(545.932)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO/ (PASSIVO A DESCOBERTO)		15.266.340	16.636.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração do Resultado Consolidado do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto as informações de lucro por ação.

	Nota Explicativa	2011
Receitas com juros e similares		5.210.106
Despesas com juros e similares		(3.034.533)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	29	2.175.573
Perdas (líquidas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros	14	(1.168.626)
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS		1.006.947
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros		163.022
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação		13.257
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	10	149.765
Receitas de tarifas e comissões	30	143.563
Despesas administrativas		(1.590.248)
Despesas com pessoal	31	(106.099)
Despesas tributárias	32	(149.109)
Outras despesas administrativas	33	(1.335.040)
Depreciações e amortizações		(5.372)
Provisões (líquidas)	34	(94.593)
Resultado líquido das operações de seguros	35	69.176
Outras receitas (despesas) operacionais	36	94.991
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(109.799)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(322.313)
Imposto de renda e contribuição social	16e	553.381
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		231.068
Lucro atribuível aos controladores		231.065
Lucro atribuível aos não controladores		3
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais - R\$)		0,95
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em milhares) - básica e diluída		244.344
Ações ordinárias		131.881
Ações preferenciais		112.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado do Exercício Findo em 31 de Dezembro 2011
Em milhares de reais

	2011
Lucro líquido do exercício	231.068
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda	(65)
Efeito tributário	26
Resultado abrangente total do exercício	231.029
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	231.026
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não-controladores	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Patrimônio a Descoberto) do Exercício/Mês Findo em 31 de Dezembro de 2011
Em milhares de reais

Saldo em 31 de dezembro de 2010	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Participação dos acionista controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
			Legal	Para integridade do Patrimônio Líquido					
	1.108.091	172	-	-	5	(1.655.902)	(547.634)	1.702	(545.932)
Depósito de acionista (nota 28 e)	-	-	-	-	-	1.300.000	1.300.000	-	1.300.000
Reversão dos juros sobre o capital próprio do 1º semestre 2010	-	-	-	-	-	6.000	6.000	-	6.000
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	231.065	231.065	3	231.068
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	-	-	-	-	(39)	-	(39)	-	(39)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	231.026	3	231.029
Destinações:									
Reserva legal	-	-	3.012	-	-	(3.012)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	-	287.109	-	(287.109)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(16.830)	(16.830)	-	(16.830)
Participação dos acionistas não controladores (nota 28g)	-	-	-	-	-	-	-	(1.673)	(1.673)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.108.091	172	3.012	287.109	(34)	(425.788)	972.562	32	972.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

	2011
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(322.313)
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:	
Depreciações e amortizações	5.372
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	48.133
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	109.799
Perda por <i>impairment</i> / provisões por desvalorização de ativos	967
Perdas no valor recuperável de ativos financeiros	1.168.626
Provisões técnicas de seguros e previdência	(13.749)
Lucro líquido ajustado	996.835
Variação de ativos e passivos:	
(Aumento) em depósitos compulsórios	(106)
(Redução) em instrumentos de patrimônio	19.128
(Aumento) em instrumentos de dívida	(603.198)
(Aumento) em derivativos ativos	(119.460)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(455.427)
(Redução) em empréstimos e adiantamentos a clientes	1.498.691
(Redução) em outros ativos	20.263
(Redução) em passivos financeiros	(430.926)
(Redução) em relações com correspondentes	(1.478.364)
(Aumento) em depósitos de instituições financeiras	2.304.238
(Redução) em depósitos de clientes	(2.191.700)
(Redução) em obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.835.133)
(Aumento) em passivos fiscais	54.340
(Aumento) em outros passivos	154.364
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.066.455)
Alienação do ativo tangível	23.423
Alienação do ativo intangível	194
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	143.689
Aquisição do ativo tangível	(1.689)
Aplicações do ativo intangível	(8.458)
Aquisição de ativos não correntes mantidos para venda	(256.005)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(98.846)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	
Emissão de letras financeiras	227.668
(Aumento) em obrigações por títulos e valores mobiliários	(56.878)
(Redução) em dívidas subordinadas	(253.199)
Depósito de acionista	1.920.000
Variação participação minoritários	(1.673)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.835.918
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (nota 8)	(329.383)
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício	395.433
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício	66.050
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	329.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. A matriz do Banco está localizada na avenida Paulista, 2.240, São Paulo, SP, Brasil. O Banco atua principalmente no mercado de crédito direto ao consumidor, operando linhas de crédito pessoal e financiamentos de veículos, material de construção, móveis, turismo, eletrodomésticos e outros. Por intermédio de suas controladas diretas e indiretas, atua também nas áreas de arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros do ramo de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo Panamericano e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “funding” para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à cessão de créditos que compõem a sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”) constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição.

Em 27 de maio de 2011, o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferências, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (“BACEN”) manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30 de março de 2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13 de junho de 2011.

Com a conclusão da operação, a Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) e o BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco, conforme novo acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31 de janeiro de 2011.

Em decorrência do acima exposto, a Caixapar e o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a Caixapar se compromete adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem cobrança, até o limite de R\$ 8,0 bilhões (oito bilhões), além do reforço de liquidez através de aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que será suportado por limite de crédito de até R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões), sem qualquer subsídio explícito ou implícito nessas operações.

O Banco BTG Pactual S.A. apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 17 de junho de 2011 pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais (OPA) de emissão do Banco aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago para as ações ao ex-acionista controlador. No dia 16 de setembro de 2011, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações, por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No leilão da OPA, o Banco BTG Pactual S.A. adquiriu 4.552 (quatro mil quinhentas e cinquenta e duas) ações preferenciais do Banco, que representam 0,004% (quatro milésimos por cento) das ações dessa espécie, sendo que os acionistas titulares de 656 (seiscentas e cinquenta e seis) ações preferenciais da Instituição optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Vista, conforme definida no Edital da OPA, e os demais, titulares de 3.896 (três mil oitocentas e noventa e seis) ações preferenciais da Instituição, optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Prazo, conforme definida no Edital.

Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o Banco BTG Pactual passou a ser titular de 24.716.838 (vinte e quatro milhões, setecentas e dezesseis mil, oitocentas e trinta e oito) ações preferenciais da Instituição, e participação de 37,64% (trinta e sete virgula sessenta e quatro por cento) do capital social do Banco.

A composição acionária atual no Banco, após a conclusão da OPA, passou a ser representada como segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	67.259.323	51,00	24.716.838	21,98	91.976.161	37,64
Caixa Participações S.A. - Caixapar	64.621.695	49,00	24.712.286	21,97	89.333.981	36,56
Conselho de Administração	10	-	-	-	-	-
Mercado	-	-	63.033.788	56,05	63.033.798	25,80
Total	131.881.028	100,00	112.462.912	100,00	244.343.940	100,00

2. FATOS RELEVANTES

A administração que tomou posse em 09 de novembro de 2010, mesmo utilizando-se dos controles e sistemas operacionais em vigor, em decorrência dos processos inadequados praticados anteriormente que corromperam os sistemas de controles internos da instituição, não pôde correlacionar as inconsistências contábeis e irregularidades adicionais constatadas com os períodos a que efetivamente se referem, tornando-se impraticável a reelaboração das demonstrações financeiras em períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, de forma a incorporar os possíveis ajustes que seriam necessários para apresentar dados confiáveis e que pudessem ser de utilidade para o adequado entendimento dessas demonstrações. Por outro lado, a mera apresentação das demonstrações financeiras de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, sem os ajustes que corrigiriam todas as distorções decorrentes das práticas inadequadas e procedimentos irregulares utilizados no passado, prejudicaria toda e qualquer possibilidade de comparação entre períodos e induziria a erros em quaisquer análises dessas informações.

Com a posse de novos administradores em 09 de novembro de 2010, foram adotadas as providências necessárias para que fossem cessadas as práticas irregulares e que geraram as distorções mencionadas. Obteve-se, então, um aprimoramento do ambiente de controles internos resultando em novo marco para a contabilidade e para os processos operacionais da instituição. Consequentemente, os gestores reconheceram a inadequação e enfatizaram a inconfiabilidade de toda e qualquer demonstração, informação ou dado contábil, anterior ao balanço patrimonial de 30 de novembro de 2010, elaborado sob sua responsabilidade.

As demonstrações financeiras que envolvem as operações até 09 de novembro de 2010, estão definitivamente comprometidas na sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante os princípios contábeis, devido aos principais aspectos:

- Relevante inadequação do balanço patrimonial de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, incluindo ajustes de inconsistências contábeis (ajuste contra lucros acumulados), identificadas pelo BACEN, durante seus trabalhos de Inspeção, com base em 30 de junho de 2010;
- Relevantes ajustes contra o resultado ocorrido até 30 de novembro de 2010, decorrentes, principalmente, das mesmas causas das inconsistências contábeis, acima mencionadas; e

- Impossibilidade, dada a fragilidade e impropriedade dos sistemas contábeis e de controles internos até então vigentes no Banco, de apropriadamente segregar e mensurar quais dos ajustes de inconsistências contábeis se referem a períodos anteriores.

Em função do elevado grau de distorções mencionadas anteriormente, não estão sendo apresentadas as Demonstrações Financeiras envolvendo todo o exercício de 2010. No entanto as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2011, apresentam adequadamente todas as informações ao exercício corrente.

3. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (“IFRS”)), emitidos pelo International Accounting Standard Board (“IASB”). Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o IFRS pelo Banco.

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10 de março de 2006, Resolução 3.786 do CMN, de 24 de setembro de 2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23 de outubro de 2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente IFRS, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (atualmente IFRS Foundation).

Em 31 de dezembro de 2010, as demonstrações contábeis consolidadas divulgadas foram elaboradas pela administração com o propósito específico de atender a resolução 3.786 do CMN, optando pela elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS em 31 de dezembro de 2010 considerando 1º de dezembro de 2010 como data de transição e, dessa forma sem apresentar as cifras comparativas referentes ao ano de 2009. Com essa opção, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2010 não foram consideradas as primeiras demonstrações financeiras do Banco de acordo com o IFRS, mas demonstrações financeiras preliminares elaboradas com propósitos especiais, elaboradas em conexão com as primeiras demonstrações financeiras consolidadas em IFRS a serem elaboradas em 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações contábeis consolidadas de 2010 apresentadas em 2011 para fins de comparação, diferem das originalmente apresentadas de forma preliminar em atendimento à Carta-Circular nº 3.435/10, citadas no parágrafo anterior devido aos ajustes citados na Nota 3.2 a seguir.

Norma Internacional de Relatório Financeiro, IFRS 1 – “Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs)” estabelece que a primeira demonstração financeira de acordo com as normas internacionais seja apresentada comparativamente com o exercício anterior e que o balanço patrimonial contenha também os dados balanço de abertura.

Pelos motivos amplamente expostos na nota 2 “Fatos relevantes”, a atual Administração do Banco, elaborou as demonstrações financeiras consolidadas para 31 de dezembro de 2011, adotando o IFRS com data de transição inicial para 1º de dezembro de 2010, devido a impraticabilidade de utilizar cifras de 1º de janeiro de 2010. Assim não estão sendo apresentadas nas demonstrações do resultado

abrangente, demonstrações do fluxo de caixa, e das mutações do patrimônio líquido de todo o exercício de 2010.

A reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido e a descrição dos efeitos das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN para aquelas utilizadas nestas demonstrações financeiras estão demonstradas na Nota 41 - "Transição para o IFRS".

Estas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pela Diretoria em 19 de março de 2012.

3.2. Reapresentação dos valores correspondentes das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, originalmente elaboradas com o propósito específico de atender a Resolução 3.786 do CMN, foram reapresentados, conforme os ajustes a seguir:

	2010
- Baixa de contas transitórias (1)	50.789
- Ajuste do passivo de liquidação antecipada em operações de cessões de crédito (2)	195.936
- Subtotal	246.725
- Efeitos tributários	(98.690)
Total	148.035

(1) Refere-se a baixa de contas transitórias ativas e passivas, pendentes há mais de 180 dias; e

(2) O Banco alterou sua política contábil relativa aos valores recebidos antecipadamente de clientes cujos créditos haviam sido cedidos a outras instituições financeiras. Anteriormente essas antecipações eram atualizadas pelas taxas de contratação dessas operações, pela expectativa do Banco em ceder novas operações de créditos aos cessionários em troca dessas dívidas. Todavia, a maioria dos passivos de liquidação antecipada estava sendo quitada em espécie pelo Banco, sendo assim atualizados pelas taxas pactuadas nas operações de cessão de crédito. Dessa forma, o Banco decidiu passar a atualizar todos os passivos pelas taxas das operações de cessão de crédito para demonstrar a efetiva obrigação do Banco para com os respectivos cessionários.

3.3. Base de consolidação

a) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as controladas e Entidades de Propósitos Específicos (EPEs), cujos percentuais de participação do controlador são os descritos a seguir.

Entende-se por "controladas" as entidades nas quais o Banco tem a possibilidade de exercer controle; essa possibilidade é, em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida. Controle é o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As "Entidades de Propósito Específico" (EPE) são criadas para cumprir um objetivo específico e bem definido em operações e estrutura específicas. Mesmo que não haja relação entre os acionistas, as entidades de propósito específico (SPE) são consolidadas de acordo com a SIC-12, caso a organização as controle sob uma perspectiva econômica.

	2011	2010
	%	%
Controlada direta:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panamericana de Seguros S.A. ("Seguradora") (a)	99,99	98,75
PanServ Prestadora de Serviços Ltda. (b)	99,99	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda. (c)	99,99	-
Controlada indireta:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.(a)	99,99	99,01
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco Panamericano ("Caixa CDC FIDC") (d) (e)	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco Panamericano ("Caixa Master CDC FIDC") (d) (f)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FF – Multisegmentos ("FIDC FF") (d) (g)	-	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP – Financeiro ("FIDC F BP") (d) (h)	100,00	100,00

(a) Em 27 de maio de 2011, a BF Utilidades Domésticas Ltda vendeu para o Banco 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana de Seguros S.A.; o processo foi aprovado pela SUSEP em 09 de agosto de 2011;

(b) Empresa constituída em 15 de junho de 2011;

(c) Empresa em fase não operacional constituída em 22 de julho de 2011;

(d) O percentual está representado pelas cotas subordinadas, e/ou pela coobrigação aos créditos cedidos aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios FIDCs, detidos pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto no SIC 12 – "Consolidation Special Purpose Entities";

(e) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos ("Caixa CDC FIDC");

(f) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos ("Caixa Master CDC FIDC");

(g) Fundo encerrado em 29 de Junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data; e

(h) Fundo constituído em Dezembro de 2010.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs e de saldos de cessões de crédito com coobrigação com instituições financeiras decorrente de transações de vendas com retenção de riscos e benefícios.

No processo de consolidação dos FIDCs e de cessões de crédito com coobrigação com instituições financeiras, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de "Empréstimos e recebíveis a clientes" do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de "Passivos Financeiros ao custo amortizado – obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito efetuadas foi eliminado integralmente como ajuste de "Receitas com juros e similares".

Na rubrica "Receitas com juros similares", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios cedidos e o custo do financiamento na rubrica "Despesas com juros e similares".

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas nas rubricas de "Receitas com juros e similares" e "Despesas com juros e similares".

b) Empresas controladas

As empresas controladas (direta e indiretamente) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, apresentavam, resumidamente, as seguintes situações patrimoniais, antes das eliminações e reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas	Direta							Indireta	
	Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.		Panamericana de Seguros S.A.		Panserv Prest. de Serviços Ltda.		Panamericano Adm. e Corret. de Seguros e Prev. Priv. Ltda.	Panamericano Adm de consorcio Ltda	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2011	2010
Total do ativo	1.698.451	2.235.196	312.178	306.529	8.600	-	86	30.972	28.205
Total do passivo	1.595.787	2.129.257	179.360	172.429	5.584	-	111	18.079	16.366
Patrimônio líquido	102.664	105.939	132.818	134.100	3.016	-	(25)	12.893	11.839
Lucro (prejuízo) líquido do exercício /mês	(3.275)	(6.229)	35.712	(2.811)	956	-	(25)	1.080	496

c) Fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCS)

Considerando-se que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e são retidos substancialmente os riscos e benefícios sobre as operações, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras Consolidadas.

Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados, os quais possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
FIDC F BP Financeiro	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.

i. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	108
Caixa Master CDC FIDC	112
FIDC F BP - Financeiro	SELIC + 2% a.a.

ii. Natureza do envolvimento do banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento

Não há previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas e a realizar com o Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter no mínimo 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

iii. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Banco havia cedido aos FIDCs operações de crédito, nos montantes de R\$600.054 e R\$1.561.583, respectivamente, sem coobrigação. Ao manter os investimentos em cotas subordinadas dos FIDCs anteriormente mencionados, o Banco retém substancialmente os riscos e benefícios sobre os ativos transferidos e, desta forma, os recebíveis foram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, portanto, não há ajustes IFRS decorrentes dessas operações.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC		Caixa Master CDC FIDC		FIDC FBP Financeiro		FIDC FF Multisegmentos (1)
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2010
Ativo							
Disponibilidades	4	30	140	420	1	1	1
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	6.039	19.902	24.873	-	42.515	1.444	1.067
Direitos creditórios	265.304	415.661	1.401.148	1.742.536	636.311	317.096	208.418
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(40.138)	(2.763)	(163.195)	(11.083)	(138.850)	(1.585)	(135.375)
Outros valores	1	588	245	2.148	1.006	197	350
Total do Ativo	231.210	433.418	1.263.211	1.734.021	540.983	317.153	74.461
Passivo							
Outras obrigações	145	299	1.096	22.207	566	48.956	30
Patrimônio Líquido	231.065	433.119	1.262.115	1.711.814	540.417	268.197	74.431
Cotas seniores	36.147	118.279	383.348	659.667	424.975	215.534	10.590
Cotas subordinadas	194.918	314.840	653.727	853.386	115.442	52.663	63.841
Cotas subordinadas – classe especial (*)	-	-	225.040	198.761	-	-	-
Total do Passivo	231.210	433.418	1.263.211	1.734.021	540.983	317.153	74.461

(*) Cotas de terceiros

(1) Fundo encerrado em 29 de junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

iv. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs. Entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos, até o limite destas.

v. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Banco e suas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$964.087 (R\$1.284.730 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente, sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as “Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) emitas pelo “International Accounting Standards Board(FASB), traduzidas para o português pelo instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo tributário como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação / transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do Banco.

b) Definições, reconhecimento, classificação e reclassificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

- Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.
- Instrumentos de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

- Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.
- As compras e vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos e dos passivos.
- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos e contabilizados pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa no reconhecimento inicial.
- Os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.
- Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data de fechamento da operação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros” da demonstração consolidada de resultado.
- Os valores pelos quais os ativos financeiros, exceto instrumento de capital são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

ii. Instrumentos financeiros

O Banco reconhece o ativo financeiro ou o passivo financeiro nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, se torna parte na data da negociação.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

iii. Classificação e reclassificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mantidos para negociação:** (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os instrumentos derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- **Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo, incluindo aqueles mantidos para negociação, são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”, e os juros na conta “Receita com juros e similares”.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou aqueles não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de dívidas classificados como “disponíveis para venda” são mensurados ao valor justo. As receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizados no item “Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda”, líquido de efeitos tributários na demonstração de resultados abrangente, e acumulados na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimentos e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida pela taxa efetiva de juros.
- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinado no reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro poderá ser reclassificado entre categorias em circunstâncias específicas previstas no IAS 39. Para a reclassificação de um instrumento financeiro mensurado a valor justo através do resultado, qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertido e o valor justo do instrumento financeiro, na data de sua reclassificação, se torna seu novo custo. Será reclassificado da categoria de instrumentos

financeiros mantidos até o vencimento quando não houver mais a intenção ou capacidade financeira de se manter o ativo até o vencimento. Da categoria de Empréstimos e recebíveis deverá ser reclassificado quando do aparecimento de mercado frequentemente negociado e havendo a intenção de negociação por parte da administração. No exercício de dezembro de 2011 não houve reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias existentes.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalente de caixa:** saldos de caixa, depósitos à vista no Brasil e no exterior, e investimento de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até noventa dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
- **Empréstimos e recebíveis:** incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros empréstimos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representado por títulos.
- **Empréstimos e adiantamentos a clientes:** inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros Ativos:** referem-se basicamente a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou Clientes decorrentes principalmente de valores pendentes de liquidação no curto prazo, impostos a compensar, valores a liquidar e quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivos financeiros para negociação:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

- **Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting), incluindo os passivos financeiros objetos de cobertura contábil.

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros".

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** compreendem aqueles passivos que são atualizados, subsequentemente, pela taxa efetiva de juros, que desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro (custo da transação).

As despesas de juros dos instrumentos financeiros passivos, são incluídas na demonstração consolidada do resultado na conta de "Despesas de juros e similares".

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação através de emissão de notas subordinadas no exterior.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação no caso dos FIDCs, nas quais há a retenção substancial de riscos e benefícios dos ativos. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento, os empréstimos e adiantamentos e outros ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não avaliados ao valor justo são registrados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em nota explicativa nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Nesse caso, o ganho ou perda acumulada na conta específica do patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício na conta de "Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros". Os juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício. Os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido – (VPL), e outros métodos, considerando as taxas de "input" observadas no mercado na respectiva data base.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

Existem também os passivos financeiros a valor justo no resultado que se referem aos instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de "swap" e

futuros. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e 2010, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	2011		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação	528	79.948	80.476
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	119.410	119.410
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.068.722	-	1.068.722
Passivos financeiros mantidos para negociação	98	435	533
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	1.894.835	1.894.835

	2010		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	19.128	39.632	58.760
Ativos financeiros disponíveis para venda	491.414	-	491.414
Passivos financeiros para negociação	-	452.913	452.913

A seguir, os modelos internos adotados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2):

	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2011	2010		
ATIVO:	199.358	39.632		
Ativos financeiros mantidos para negociação	79.948	39.632		
Contratos de "swap"	8.249	8.727	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
Cotas de fundos de investimento	71.699	30.905	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	119.410	-		
Contratos de "swap"	119.410	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
PASSIVO:	1.895.270	452.913		
Passivos financeiros mantidos para negociação	435	452.913		
Contratos de "swap"	435	452.913	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	1.894.835	-		
Contratos de "swap"	21.454	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
Dívidas subordinadas	949.274	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	924.107	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&F Bovespa

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem investimentos em ações de empresas listadas e com preços cotados na BM&FBOVESPA, títulos públicos e cotas de fundos de investimento.

Na ausência de cotações públicas, o Banco desenvolve estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento, com base em dados observáveis e instrumentos financeiros similares. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos (swap), dívidas subordinadas e obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA, estão alocados no Nível 2.

O Banco não apresentava em 31 de dezembro de 2011 e 2010 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizam substancialmente dados de mercado observáveis (Nível 3).

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis	10.594.440	10.626.014	13.152.307	13.167.056
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.685.414	9.716.988	12.352.731	12.367.480
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	909.026	909.026	799.576	799.576
Ativos mantidos até o vencimento	766	766	15.670	15.694
Instrumentos de dívida	766	766	15.670	15.694
Passivos financeiros ao custo amortizado	8.826.968	9.683.395	11.604.323	11.958.466
Depósitos de clientes	2.804.913	3.615.034	4.768.945	5.119.414
Depósitos de instituições financeiras	3.237.632	3.284.468	933.394	937.068
Relações com correspondente	312.425	312.425	1.594.853	1.594.853
Obrigações por op. de venda ou de transf. de ativos financeiros	2.471.998	2.471.998	4.307.131	4.307.131

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se basicamente às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas incluem as cotas em fundos de investimento e tiveram seus valores justos calculados pelos valores das respectivas cotas.
- Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se basicamente às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação através de depósitos com taxas prefixadas e as captações no exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (BM&FBOVESPA).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco e não são baixados do balanço patrimonial consolidado. Transferências de ativos com retenção de todos ou a maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação efetuados à instituições financeiras e sem coobrigação efetuados à FIDCs conforme mencionado na nota explicativa nº 3, e operação de venda de títulos com compromissos de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são

substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de hedge entre os instrumentos de hedge e os itens hedgeados quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de hedge, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do hedge .

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos de hedge são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens hedgeados durante o período para o qual o hedge está designado, e se os resultados atuais de cada hedge estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como hedge de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de hedge são reconhecidas diretamente no resultado do período.

- **Estrutura de Hedge**

Durante o primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de hedge contábil de valor justo utilizando SWAPs cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de variação cambial e juros (cupom cambial) das captações externas em aberto.

Dessa forma, durante o mesmo período, o Banco passou a realizar a marcação a mercado das captações externas, Dívidas subordinadas e Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior, e dos derivativos de hedge, realizar testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do hedge contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de hedge diretamente no resultado do exercício.

- **Posição ativa**

A posição ativa da operação de hedge contábil é composta por posições em Dólar Americano (US\$) e taxas de juros (Depósito Interfinanceiro / CDI ou Prefixada) que apresentam como fatores primitivos de risco o preço à vista da moeda americana (dólar pronto) e a taxa de juros prefixada em reais (curva pré).

- **Posição passiva**

A posição passiva da operação de hedge é composta instrumentos de dívida emitidos nos mercados internacionais, na forma de notes e dívida subordinada. À semelhança dos bonds, representam a obrigação do emitente em pagar periodicamente juros a seu detentor, reembolsando o principal na data do vencimento.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados na operação de hedge contábil estão apresentados na nota explicativa nº 10.

g) Redução do valor recuperável (“*Impairment*”) de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificado como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

Os ativos financeiros são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados para os ativos financeiros classificados na categoria de “empréstimos e recebíveis”, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso das operações.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros mensurado ao custo amortizado possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros, dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

A redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento é reconhecida no resultado na conta de “Perdas (liquidadas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros” em contrapartida da respectiva conta patrimonial do ativo financeiro. O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação não representa benefícios prováveis de recuperação. Maiores detalhes quanto à

redução de valores recuperáveis de ativos financeiros estão apresentados na nota explicativa nº 7 – Gestão de risco operacional e de riscos financeiros.

As perdas por redução ao valor recuperável com instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em instrumentos de dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

Os empréstimos renegociados sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são tratados como novos empréstimos, mantendo-se inalterada a avaliação do risco de crédito ao devedor para fins de mensuração da redução do valor recuperável.

O Banco utiliza como prática a baixa para prejuízo as operações vencidas a mais de um ano, quando já foram esgotados todos os procedimentos de cobrança e renegociação e, neste caso, essas operações são consideradas extremamente improváveis quanto a sua recuperação.

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (“*impairment*”) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores de ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

i) Operações compromissadas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”

As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial consolidado na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não

pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, através da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da administração.

k) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “outras despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso e 25 anos para imóveis.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração consolidada do resultado.

l) Ativo intangível

O ativo intangível representam benfeitorias em imóveis de terceiros e ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer ajustes ao valor recuperável.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado por gastos com desenvolvimentos logiciais, benfeitorias em imóveis de terceiros e aquisição de direitos da utilização de base de clientes. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis.

m) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

Os riscos decorrentes das ações administrativas ou judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

n) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas e despesas de tarifas e comissões

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

o) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – “Provisions, contingent liabilities and contingent assets”.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

p) Ativos fiduciários mantidos em custódia pelo banco

O Banco efetua a custódia de ativos em nome dos seus clientes. Ativos mantidos em capacidade fiduciária não são registrados nas demonstrações financeiras, já que estes não são ativos que pertencem às entidades consolidadas, porém os valores totais desses ativos são divulgados através de nota explicativa.

q) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço, quando aplicável, são descontados a valor presente.

r) Imposto sobre a renda – corrente e diferido

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre determinados limites e contribuição social de 15% para as empresas financeiras e do ramo de seguros, e de 9% para as demais empresas.

Através de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos (vide detalhamento na nota 16.d). A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis, compostas por perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros e valor justo.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

s) Operações de arrendamento mercantil (arrendador)

Os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial consolidado na conta de "Empréstimos e adiantamentos a clientes".

O balanço patrimonial consolidado foi elaborado considerando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, a valor presente, demonstradas a seguir:

	2011	2010
Carteira de arrendamento	14.184	45.587
Imobilizado de arrendamento	1.428.821	1.830.598
Depreciações acumuladas	(924.493)	(825.666)
Superveniência de depreciação	844.661	790.008
Credores por antecipação do valor residual	(674.376)	(752.482)
Saldo a valor presente	688.797	1.088.045

t) Contratos de seguros

O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguros". A controlada Panamericana de seguros procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro", uma vez que os contratos emitidos transferem o risco significativo de seguro. A controlada Panamericana de Seguros define como risco significativo de seguro, como a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, na ocorrência de um evento de seguro. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11.

• Passivos por contratos de seguro (Provisões técnicas de seguros)

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pelo Órgão Regulador das Seguradoras e com base em metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Atualmente, as provisões técnicas constituídas pela controlada Panamericana de Seguros são calculadas a partir das seguintes metodologias:

- **Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)**

O cálculo desta provisão é realizado a partir dos seguintes critérios de constituição:

- (a) Cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguros vigentes na data base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não é definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da PPNG é efetuado por certificado ou item.
- (b) Cálculo da provisão efetuado pro rata die, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição.
- (c) Cálculo a partir do prêmio comercial retido, que corresponde ao valor recebido ou a receber do segurado (valor do prêmio emitido, pago à vista ou parcelado), nas operações de seguro direto ou de congêneres (nas operações de cosseguro aceito), líquido de cancelamentos, de restituições e de parcelas de prêmios transferidas a terceiros, em operações com congêneres (nas operações de cosseguro cedido).

- **Provisão de prêmios não ganhos - Riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE)**

Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos.

A metodologia de cálculo aplicada pela controlada Panamericana de Seguros, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios, apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses, sobre o montante de prêmios dos últimos 12 meses, ou sobre a PPNG do mês de referência.

- **Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)**

O cálculo desta provisão é obtido atuarialmente, com base em Nota Técnica Atuarial, que apresenta uma metodologia estatística prospectiva.

A metodologia aplicada estima o valor das despesas e receitas futuras, dos riscos vigentes na data base do cálculo.

- **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)**

Constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos a sinistros avisados, até a data base do cálculo, de acordo com a responsabilidade da controlada Panamericana de Seguros, obedecidos os seguintes critérios estabelecidos em norma:

- (a) A controlada Panamericana de Seguros possui uma metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial para a apuração da PSL, a qual considera as indenizações e as despesas relacionadas, inclusive nos casos referentes às ações em demandas judiciais.

- (b) A data de aviso do sinistro é correspondente à data do efetivo registro por parte da controlada Panamericana de Seguros.
- (c) O fato gerador da baixa da PSL é o efetivo recebimento da indenização, pelo Segurado ou Beneficiário, ou conforme os demais casos previstos em Lei.
- (d) Os sinistros avisados às sociedades seguradoras, inclusive os sinistros em demanda judicial, são registrados tomando-se por base:
- (i) o valor acordado entre o segurado e a controlada Panamericana de Seguros;
 - (ii) o valor reclamado pelo segurado, quando aceito pela controlada Panamericana de Seguros;
 - (iii) o valor estimado pela controlada Panamericana de Seguros, quando não tenha o Segurado indicado a avaliação do sinistro;
 - (iv) o valor igual à metade da soma da importância reclamada pelo Segurado e da oferecida pela controlada Panamericana de Seguros, no caso de divergência de avaliação, limitado à importância segurada do risco coberto no sinistro;
 - (v) o valor resultante da sentença transitada em julgado;
 - (vi) o valor máximo de responsabilidade por vítima ou por evento e por tipo de dano, nos seguros obrigatório de responsabilidade civil;
 - (vii) o valor do sinistro médio, para os ramos em que a sociedade seguradora possua informações capazes de gerar estatísticas consistentes, devendo ajustar esse valor registrado, após cada reavaliação do sinistro que melhore a estimativa da indenização a ser paga.

A metodologia de cálculo da PSL, mencionada na alínea (a) deste item, não substitui o critério de abertura do sinistro praticado pela controlada Panamericana de Seguros. Desta forma, esta metodologia visa apurar, apenas, uma eventual necessidade de constituição da PSL Complementar aos valores atualmente provisionados pela controlada Panamericana de Seguros, para cada ramo estudado.

A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT ("Seguradora Líder").

• **Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)**

O cálculo desta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da controlada Panamericana de Seguros.

A metodologia de cálculo aplicada pela controlada Panamericana de Seguros, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, é calculada com base em critério estatístico-atuarial, conhecidos como triângulo de run-off, que consideram o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, ocasionados pelo pequeno contingente numérico de sinistros computados na base de dados da controlada Panamericana de Seguros, a provisão

de IBNR é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pelo normativo do Órgão Regulador das Seguradoras.

A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

• Teste de adequação de passivos

Atendendo ao IFRS 4 e regulamentação da SUSEP o Teste de Adequação de Passivos (TAP) foi efetuado para fins de elaboração das demonstrações financeiras .

Seguindo essas diretrizes a controlada Panamericana de Seguros avalia, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas as despesas de comercialização diferidas e ativos intangíveis, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado, através da constituição de provisões técnicas adicionais ao IBNR ou PSL, caso a insuficiência seja originada da Provisão de Sinistros, ou à PIP, caso a insuficiência seja originada da Provisão de Prêmios.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a controlada Panamericana de Seguros considerou uma segmentação mínima estabelecida pelo normativo do Órgão Regulador das Seguradoras, que atende também ao IFRS 4. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2011, descontados pela relevante Estrutura a Termo da Taxa de Juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pelo Órgão Regulador das Seguradoras, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da controlada Panamericana de Seguros, data-base de 31 de dezembro de 2011 e de 2010, concluiu-se que o passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas do custo de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa.

u) Operações de Consórcio

A taxa de administração de consórcio é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio, à medida que os serviços são prestados, a comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “outros passivos”, no consolidado.

v) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

w) Lucro básico e diluído por ação

É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas o Banco pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço.

Em razão do prejuízo apurado no período de 1º a 31 de dezembro de 2010, essas ações possuem efeito anti-dilutivo.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existem instrumentos com potencial de diluição.

x) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

De acordo com o IFRS 8, o Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Banco ou Financeiro; (ii) Seguros; (iii) Consórcios e (iv) Outros.

y) Patrimônio Líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

O Banco apresenta informações sobre o lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro por ação ordinárias e preferenciais diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

5. USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, CRÍTICAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, inclusive derivativos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros (nota 7): os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve

ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b. Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Empréstimos e recebíveis”

Os ativos classificados na categoria de Empréstimos e Recebíveis são mensurados através do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Para fins de IFRS no âmbito do IAS 39, na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros disponíveis para venda e aqueles mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como :

- análise das características gerais da carteira de empréstimos e recebíveis;
- risco das operações; e
- qualidade das garantias (quando aplicável).

O Banco utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme nota 7. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda histórica observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

c. Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo bens mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d. Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme nota explicativa nº 16, ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De

acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados ;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

6. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

O Banco não adotou antecipadamente as normas e alterações enumeradas a seguir, e a administração não espera impactos relevantes quando da aplicação dessas regras:

a. IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

Substitui a orientação de consolidação no IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) e SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósitos Específicos, introduzindo um modelo de consolidação único para todas as entidades com base em controle, independentemente da natureza da investida (ou seja, se uma entidade é controlada através de direitos de voto dos investidores ou através de outros arranjos contratuais como é comum em sociedades de propósito específico). Segundo o IFRS 10, o controle é baseado na avaliação se um investidor possui:

- i) Poder sobre a investida;
- ii) Exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e
- iii) Capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

b. IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos

O IASB emitiu uma nova norma para contabilização de empreendimentos conjuntos, que substitui o IAS 31 - Participações em Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures). O princípio fundamental do IFRS 11 é que as partes de um acordo de empreendimento conjunto devem determinar o tipo de empreendimento comum em questão, com base na avaliação dos direitos e

obrigações e, as contabilizando de acordo com o tipo de empreendimento conjunto. Existem dois tipos de empreendimentos conjuntos:

- Operações conjuntas (Joint operations): As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas.
- Empreendimento conjunto (Joint venture): As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

c. IFRS 12 - Divulgações de Envolvimento com Outras Entidades

O objetivo da IFRS 12 é permitir que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar a base de controle, as restrições sobre os ativos e passivos consolidados, a exposição a riscos decorrentes de envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas e o envolvimento de não controladores nas atividades de entidades consolidadas.

d. IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Em 12 de maio de 2011, o IASB substituiu a orientação sobre a mensuração do valor justo com um único padrão. O IFRS 13 define valor justo, fornece orientação sobre como determiná-lo e exige divulgações sobre mensurações de valor justo. Porém o IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo. A norma tem a aplicação antecipada permitida.

e. IAS 19 - Benefícios aos Empregados (2011)

Em 16 de Junho de 2011, o IASB emitiu um complemento que propõe alterações à contabilização dos benefícios dos planos de benefícios definidos na qual exigem o reconhecimento de mudanças na obrigação de benefícios definidos e nos ativos do plano, e no momento que essas mudanças entrarem em vigor, elimina-se o método do corredor e acelera-se o reconhecimento dos custos dos serviços incorridos. Define também mudanças nas obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano e propõe a desagregação em três componentes: os custos do serviço, juros líquidos sobre o passivo líquido de benefícios definidos (ativos) e novas medições do líquido dos benefícios definidos (ativos). O cálculo pode ser inferior à taxa atualmente utilizada para calcular o retorno esperado sobre os ativos do plano, assim resultando em uma redução no lucro líquido. As alterações tem aplicação antecipada permitida. Aplicação retrospectiva é exigida, com certas exceções.

As normas acima mencionadas têm efetividade para períodos anuais com início após 1 de janeiro de 2013.

f. Alterações ao IAS 1 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Em 16 de Junho de 2011, o IASB emitiu as alterações ao IAS 1 que é o resultado de um projeto em conjunto com o Financial Accounting Standards Board (FASB), na qual fornece orientações sobre a apresentação dos itens contidos na demonstração do resultado abrangente e sua respectiva classificação. As alterações são efetivas para demonstrações de períodos com início em 1 de julho de 2012, com aplicação antecipada permitida.

g. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em 16 de dezembro de 2011, o IASB emitiu o IFRS 9 que substituirá o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos

financeiros do Banco. A norma tem data efetiva para períodos anuais com início em janeiro de 2015 com aplicação antecipada permitida.

7. GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL E RISCOS FINANCEIROS

7.1. Introdução e visão geral

O Banco está exposto aos seguintes principais riscos provenientes de suas atividades e dos instrumentos financeiros utilizados:

- **Risco de crédito;**
- **Risco de liquidez;**
- **Risco de mercado; e**
- **Risco operacional.**

Esta nota apresenta informações sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos (EGR), processos de identificação, mensuração, mitigação e reporte, à exposição a riscos, políticas, e estrutura de capital.

7.2. Estrutura de gerenciamento de risco

O Diretor Superintendente representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinadas a ele as Diretorias de Financeira, de Captação, Relações com Investidores e, a de Controladoria, Riscos e Compliance. A unidade responsável pelo gerenciamento de risco é a Gerência Geral de Riscos Corporativos que monitora os principais riscos aos quais o Banco está exposto:

- **Risco de Crédito:** É definido como a possibilidade da contraparte de um empréstimo, operação financeira ou qualquer outra com características de concessão de crédito (avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito, entre outras operações semelhantes), não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo assim, ocorrer perda parcial ou total da posição.
- **Risco de Mercado:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco. Essas flutuações podem ser advindas de variações de preços (ações e mercadorias), de taxas de juros, de índices de preço, de câmbio e/ou de volatilidade, as quais alteram o valor de mercado dos títulos possuídos pela instituição.
- **Risco de Liquidez:** Definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a solvência e capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
- **Risco Operacional:** Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Os eventos de risco operacional podem ser:
 - Fraudes internas e externas;
 - Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;

- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Fatores que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

7.2.1 Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito da contraparte está relacionado ao não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações financeiras de títulos e valores mobiliários, derivativos e operações de crédito.

Na estrutura do Banco, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito, a carteira é dividida nos segmentos Empresas e Varejo. Sendo o primeiro composto, no geral, por financiamentos a pessoa jurídica e os demais a pessoa física (Crédito Direto ao Consumidor -CDC, Cartões de Crédito e Consignado).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Desenvolver, implantar e monitorar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada ao apetite a risco definido pela alta administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de Crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a capacidade de geração de caixa da empresa, de modo a dar continuidade às suas atividades. É observada também, sua capacidade de acesso às linhas de crédito.

Em todos os casos, eventuais garantias são observadas como acessórias, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. A mesma está relacionada ao risco envolvido, ou seja, quanto menor a capacidade de pagamento, maior o nível de garantia a exigir. A concessão de crédito está segmentada por Empresas e Varejo.

I. Empresas

Nas operações do segmento de “middle market”, os clientes são avaliados atendendo aos princípios de seletividade e aderência do ramo de atividade à modalidade proposta. O processo de concessão de crédito é suportado pelas informações fornecidas pelos clientes, relatórios de visitas do gerente comercial, bem como o cumprimento das exigências mínimas aqui estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pelo Comitê Executivo e/ou Banco Central do Brasil.

A classificação do rating do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado financeiro, clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado.

A partir do rating do cliente é definido um “rating da operação”, que leva em consideração as garantias envolvidas na operação.

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nas agências/correspondentes, informações de bureau de crédito, avaliação dos analistas de crédito e modelos de scoring automatizados, bem como o cumprimento das exigências mínimas aqui estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pelo Comitê Executivo e/ou Banco Central do Brasil.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação é necessário o gerenciamento periódico do risco de crédito da operação, visando analisar o comportamento do crédito, a situação do cliente e das garantias dadas na operação.

O gerenciamento de risco de crédito é composto por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição. É papel da área de Risco de Crédito propor métricas e indicadores para permitir a correta mensuração do risco das operações, além de garantir de maneira independente as análises e acompanhamentos da carteira.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir temos o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras própria, cedida com coobrigação e cedida sem coobrigação FIDC. A exposição máxima atingiu R\$ 15,3 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão deste montante limites não utilizados de cartão de crédito.

i. Exposição máxima ao risco de crédito

	2011	
	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.926.809	1.241.395
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	909.026	-
Instrumentos de dívida	1.141.187	-
Instrumentos financeiros derivativos	128.187	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	1.229.084	-
Outros ativos	227.669	-
Exposição máxima ao risco de crédito	14.561.962	1.241.395

	2010	
	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.564.064	1.211.333
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	799.576	-
Instrumentos de dívida	537.989	-
Instrumentos de patrimônio	19.128	-
Instrumentos financeiros derivativos	8.727	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	24.324	-
Outros ativos	300.000	-
Exposição máxima ao risco de crédito	15.253.808	1.211.333

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas

Instrumentos de dívida são representados substancialmente por 91% por títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de redução ao valor recuperável.

Carteira de Crédito	2011
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução ao valor recuperável	7.009.542
Vencidos mas não há perdas por redução ao valor recuperável	1.904.340
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	2.012.927
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	10.926.809
Perdas por redução ao valor recuperável	(1.241.395)
Valor líquido	9.685.414

A concentração de risco dos 10, 50 e 100 maiores devedores segue na tabela abaixo, como observado, 2,23% do saldo da carteira de crédito está concentrado nos 10 maiores devedores e 4,59% nos 50 seguintes maiores devedores.

Maiores devedores	2011		2010	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	243.603	2,23	443.784	3,28
50 seguintes maiores devedores	501.376	4,59	400.413	2,96
100 seguintes maiores devedores	154.816	1,42	113.511	0,84
Demais devedores	10.027.014	91,76	12.606.356	92,92
Total	10.926.809	100,00	13.564.064	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados, motos, máquinas pesadas e náutica.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 10,05 milhões. Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

A tabela apresenta os ativos vencidos sem redução do valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	Saldo	%
1 a 14	867.115	45,5
15 a 30	513.340	27,0
31 a 60	523.885	27,5
Total	1.904.340	100,0

Os ativos financeiros vencidos sem redução do valor recuperável atingiram R\$ 1,9 bilhão. 45,5% dos ativos tem até 14 dias de atraso, o saldo remanescente está praticamente igualmente dividido entre a faixa de 15 a 30 e 31 a 60 dias de atraso.

A distribuição setorial da carteira de crédito e demonstrada na tabela a seguir.

Setor	Valor	%
Pessoa Física	9.867.259	90,30%
Agroindústria	232.687	2,13%
Açúcar e Etanol	113.928	1,04%
Agronegócio e Proteína Animal	118.759	1,09%
Comércio	304.404	2,79%
Atacado e Varejo	304.404	2,79%
Indústria de Base	136.703	1,25%
Autopeças	7.055	0,06%
Indústria Química	35.680	0,33%
Óleo e Gás	812	0,01%
Outras Indústrias	68.016	0,62%
Papel e Celulose	15.054	0,14%
Têxtil	10.086	0,09%
Serviços	385.756	3,53%
Construção e Incorporação	145.246	1,33%
Financeiros	71.431	0,65%
Locação de veículos	3.850	0,04%
Mídia, TI e Telecom	12.438	0,11%
Outros Serviços	32.311	0,30%
Saúde, Segurança e Educação	46	0,00%
Transporte e Logística	10.121	0,09%
Utilitários	110.313	1,01%
Total	10.926.809	100,00%

Na tabela a seguir, temos a distribuição da carteira de crédito segundo os critérios presentes na resolução 2.682/99 do BACEN.

Ratings de risco do BACEN	2011	2010
Rating AA	-	109.469
Rating A	7.660.551	10.544.895
Rating B	923.707	626.231
Rating C	600.362	619.955
Rating D	360.160	312.531
Rating E	239.214	216.862
Rating F	209.388	150.296
Rating G	177.800	122.635
Rating H	755.628	861.190
Total	10.926.810	13.564.064

e) Provisão para redução ao valor recuperável – Perda Incorrida

O cálculo da perda incorrida em operações de crédito do varejo analisadas de forma coletiva é realizado segmentado por produto, preservando as características de risco de crédito, recuperação e operacionais de cada grupo, dentre elas Operações de Crédito Consignado, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Financiamento de Veículos, Crédito Pessoal com ou sem a presença de garantia atrelada e Operações com Cartão de Crédito.

As expectativas de perda dos produtos são estimadas com base na perda histórica observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns.

As evidências de perdas são estimadas para cada grupo de ativo de acordo com experiência histórica de pagamentos observados é importante ressaltar que a avaliação é realizada em uma janela de tempo suficiente para que os efeitos de condições incomuns sejam minimizados.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações varejo para carteira própria, cedida com coobrigação e sem coobrigação aos FIDCs, são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do Banco, incluindo as carteiras objetos de cessões de créditos.
- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de doze meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utiliza-se como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto ou grupo homogêneo, aplicada de forma que as informações de contratos de um mesmo cliente possam evidenciar uma degradação mais rápida do contrato.

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações cedidas sem coobrigação aos FIDC'S são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do FIDIC, incluindo as carteiras objetos de cessões de créditos.

- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de doze meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utilizar como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto, alinhado com as práticas adotadas pelo fundo para a composição da provisão para devedores duvidosos. A aplicação das estimativas de perda é feita em grupos formados pelas faixas de atraso.

Para a carteira de crédito Empresas (segmento Middle) utiliza-se os seguintes critérios para mensuração da provisão para perdas por *impairment*:

Amostra: foram selecionadas todas as operações que se enquadravam em pelo menos um dos seguintes critérios:

- Clientes com rating julgamental atribuído “D” ou pior (de acordo com a política interna de atribuição de rating)
- Clientes com pelo menos uma operação com atraso superior a 60 dias
- Clientes em situação especial. (Ex.) recuperação judicial

Valor de Recuperação: Mensurado com base nos critérios estabelecidos a seguir:

- Operações adimplentes, porém com evidência de perdas por *impairment*: Aplicou-se um percentual de desconto de até 10% sobre o saldo devedor da operação como expectativa de perda por *impairment*.
- Para operações inadimplentes com evidência de perdas por *impairment* realizou-se as seguintes análises:
 - a) Valor residual de recuperação em eventual venda do crédito como “non-performing” ou via execução judicial estabelecido entre 3% a 5% do saldo devedor da operação.
 - b) Valor estimado a ser auferido em execução das garantias da operação. Este valor leva em consideração as condições estimadas de uma execução e o conceito utilizado na referência de preços definida: Tabelas FIPE e Molicar para automóveis, avaliação de empresa de renome para imóveis, preços de mercado no local de armazenagem para commodities entre outros.

Para o restante da carteira de crédito aplicou-se percentual de 1% sobre o saldo devedor das operações para mensuração da perda por *impairment* das perdas incorridas, porém ainda não conhecidas.

Prazo de Recuperação: prazo estimado para efetiva realização do Valor de Recuperação.

Valor Presente Estimado de Recuperação: Cálculo trazendo o Valor de Recuperação a valor presente utilizando a taxa da operação e o Prazo de Recuperação.

7.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez se caracteriza como a incapacidade, por parte do banco, de liquidar suas obrigações financeiras por causa do descasamento entre os recebimentos dos ativos e os pagamentos dos passivos e outras obrigações. Dessa forma, é de extrema importância a gestão de recursos de curto e longo prazo, visando o equilíbrio do caixa através de ferramentas e política de gestão de risco de liquidez, como análise de GAP e planos de contingência.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez do Banco visa estruturar as necessidades de caixa de acordo com os fluxos de recebimentos e pagamentos previstos, no curto e longo prazo. Dessa forma, a área de risco de liquidez deve assegurar que o Banco terá a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas ou caracterizar situações que coloquem em evidência negativa sua reputação ou imagem.

A estratégia da tesouraria dá ênfase ao risco liquidez a partir da manutenção de uma carteira de ativos líquidos, na sua maioria composto de títulos públicos, empréstimos e adiantamentos para bancos e outros créditos interbancários. Para assegurar sua liquidez em momentos de estresse, o Banco também mantém relacionamento constante com seus controladores e o mercado por meio de instrumentos de captação no interbancário.

O Banco possui um Comitê de Ativos e Passivos (Asset and Liability Management ALM) responsável por aprovar limites de liquidez, como caixa mínimo, e a área de risco elabora relatórios diários com informações da situação de liquidez da Instituição.

ii. Exposição ao risco de liquidez

A área de riscos de mercado/liquidez gera e analisa, diariamente, o fluxo de caixa projetado da instituição em um horizonte de 90 dias. O relatório com a previsão do caixa é enviado diariamente para a mesa de operações e as Diretorias Financeira e de Controladoria, Riscos e Compliance.

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

	2011 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	97.173	113.312	30.674	62.423	225.084	627.147	6.411.640	7.567.463
Depósitos de instituições financeiras	-	1.500.097	568.036	38.421	1.080.595	2.746	195.673	3.385.569
Total de depósitos	97.173	1.613.409	598.710	100.844	1.305.679	629.893	6.607.313	10.953.021
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	15.197	-	13.400	424.867	794.158	1.247.623
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	21.766	42.192	2.383.211	2.447.168
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	91	-	-	557	44.378	45.026
Relações com correspondentes	312.426	-	-	-	-	-	-	312.426
FIDC	-	42.084	42.419	40.732	119.333	215.213	655.504	1.115.286
Cessão de crédito com coobrigações	-	102.019	93.686	96.545	272.032	518.646	1.840.712	2.923.640
Total	409.599	1.757.512	750.103	238.121	1.732.210	1.831.368	12.325.276	19.044.190

	2010 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	43.234	270.783	236.581	163.632	669.436	1.538.571	3.371.500	6.293.737
Depósitos de instituições financeiras	-	90.018	174.357	186.391	402.108	144.927	129.975	1.127.776
Total de depósitos	43.234	360.801	410.938	350.023	1.071.544	1.683.498	3.501.475	7.421.513
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	13.740	-	-	11.658	25.397	965.932	1.016.727
Dívidas subordinadas	-	11.450	35.390	-	-	46.839	1.756.997	1.850.676
Relações com correspondentes	1.594.853	-	-	-	-	-	-	1.594.853
FIDC	-	30.776	26.174	30.051	96.463	173.218	491.047	847.729
Cessão de crédito com coobrigações	-	2.395	3.346	7.541	40.238	96.922	4.156.689	4.307.131
Total	1.638.087	419.162	475.848	387.615	1.219.903	2.025.874	10.872.140	17.038.629

(*) Os depósitos de clientes referem-se basicamente a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa não descontados referentes aos passivos financeiros, à exceção de derivativos financeiros com base no primeiro vencimento contratual (valor futuro). Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2011.

Para o fluxo dos valores a pagar com base no valor presente dos passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

7.2.3 Risco de mercado

A gestão do risco de mercado visa manter as exposições a essa categoria de risco dentro dos limites estabelecidos e otimizar a relação risco x retorno das operações.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A maior instância de decisão sobre gerenciamento de riscos no Banco é a Diretoria, incluindo, entre outras, as Diretorias de Tesouraria, Captação e Seguros e a Diretoria de Controladoria e Compliance. Ainda ligados ao gerenciamento de riscos financeiros, há o Comitê de Gerenciamento de Ativos e Passivos, que, tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos. A aprovação de modelos e outras deliberações qualitativas e quantitativas são efetuadas no Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital. O monitoramento do risco de mercado abrange as exposições de todas as empresas do Grupo Panamericano.

A Política de Gestão do Risco de Mercado do Panamericano define a estrutura, os objetivos, os limites, os procedimentos e controles usados no gerenciamento do risco de mercado. Além disso, cabe a área de riscos reavaliar periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao seu contínuo aperfeiçoamento. Dessa forma, as principais diretrizes da política são:

- Avaliar as operações pelo valor de mercado diariamente, abrangendo todas as operações da carteira de negociação; marcar a mercado as operações da carteira banking no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços;
- Mensurar e reportar o risco de mercado das posições da instituição com a utilização de metodologias VaR, Testes de Estresse e outras do BACEN;
- Propor, acompanhar e reportar os limites para exposição ao risco de mercado das carteiras de negociação e banking;
- Monitorar os critérios para classificação das operações em carteiras de negociação e banking;
- Propor e manter as políticas, normas e manuais corporativos pertinentes;
- Acompanhar a efetividade dos derivativos financeiros utilizados na mitigação de risco de mercado;
- Monitorar diariamente a exposição cambial do Banco;
- Apurar e encaminhar ao BACEN informações regulatórias pertinentes (DDR, DRM, DRL e DLO).

ii. Classificação das operações

O Banco divide sua exposição a risco de mercado entre carteiras trading e banking. A unidade responsável pelo risco corporativo monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias detidas com o propósito de serem vendidas ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações de sua negociabilidade.

Os instrumentos financeiros classificados na carteira trading deverão possuir estratégias de negociação e hedge documentadas e estarão sujeitos aos limites definidos na Política de Limites de Exposição aos Riscos de Mercado e de Liquidez.

A política de classificação das operações sofreu alteração em julho de 2011, onde houve reclassificações para a carteira banking de instrumentos mantidos sem caráter de negociação que estavam compondo a carteira trading, em especial carteiras de crédito. Essas reclassificações reduziram substancialmente o risco dessa carteira, aumentando em contrapartida a exposição de risco da carteira banking.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

De forma geral, todos os instrumentos financeiros não classificados na Carteira de Negociação serão classificados como Carteira Banking.

Consiste nas operações de crédito, os instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e Mantidos até o Vencimento, e os derivativos destinados a hedge de outras operações classificados nesta carteira (ativas ou passivas).

iii. Exposição aos riscos de mercado - carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto pela metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.361/07, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais. Ambos são baseados na abordagem paramétrica, com base na metodologia Exponential Weighted Moving Average (EWMA) e a um nível de confiança de 99%. Entretanto, enquanto a primeira utiliza parâmetros de decaimento e correlação definidos pelo órgão regulador, a abordagem interna utiliza um parâmetro de decaimento fixo e matriz de correlação histórica. O período de manutenção (holding period) para as diferentes abordagens é de 10 dias.

No encerramento de 2011, o Banco detinha na carteira de negociação apenas exposições a risco de taxa de juros prefixada e a risco de ações. Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	2011	2010	Δ%
VaR prefixados	5	21.956	-99,98%
Média 60 dias	60	38.977	-99,85%
Multiplicador	1,36	1,00	36,00%
Exigência Capital - risco pré	81	38.977	-99,79%
Risco de ações - Pacs	1.753	-	-

Durante o período, os valores tiveram grande amplitude, devido ao reposicionamento de carteira, conforme comentado anteriormente e à volatilidade dos próprios parâmetros informados pelo Banco Central para o cálculo regulamentar:

	2011			2010		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	7.315	25.210	-	30.698	62.029	15.235
Média 60 dias	11.488	38.804	8	29.156	42.455	20.093
Multiplicador	1,88	3,00	1,00	2,10	3,00	1,00
Exigência Capital - risco pré	22.336	45.355	9	58.285	70.710	38.977
Risco de ações - Pacs	3.924	5.573	1.344	-	-	-

Pela metodologia interna, o VaR de 10 dias sofreu redução semelhante à abordagem padronizada:

	2011	2010	Δ%
VaR prefixados	8	20.728	-99,96%
VaR ações	1.153	-	-
VaR sem efeito diversificação	1.161	20.728	-94,40%
VaR com efeito diversificação (1)	1.152	17.627	-93,46%

(1) Efeito diversificação entre os fatores de risco e vértices.

Observa-se no quadro a seguir o efeito da revisão da política de classificação das operações citadas acima, com substancial diminuição do VaR:

	2011		
	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	9.293	24.466	4
VaR ações	2.187	5.369	1.153
VaR sem efeito diversificação	11.298	29.835	1.161
VaR com efeito diversificação	8.824	22.658	1.152

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para medir os riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia (ou 10 dias) presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira trading, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados o CVaR, para o mesmo horizonte do VaR (10 dias), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.

	2011	2010	Δ%
CVaR	1.320	20.195	-93,46%
Teste Estresse Histórico	1.248	54.898	-97,73%

O Conditional VaR, também conhecido como Expected Shortfall estima a perda esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do subprime).

	2011		
	Média	Máximo	Mínimo
CVaR	10.908	25.958	1.320
Teste Estresse Histórico	23.226	58.493	1.071

As variações nos valores de CVaR e do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna), sendo decorrentes também das reclassificações de instrumentos para a carteira banking ocorridas em julho de 2011.

iv. Exposição ao risco de taxa de juros - carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

O risco de taxa de juros da carteira banking é acompanhado pela parcela de capital para risco de taxa de juros da carteira banking - RBAN. A metodologia de cálculo dessa medida foi alterada em julho de 2011 e é dada pela perda de valor de mercado que essa carteira sofreria, caso ocorressem choques nas curvas de mercado. São testados dois cenários, simulando variações nas taxas em ambas direções (alta e baixa), sendo a Rban dada pela pior perda entre os dois. Os choques aplicados são baseados em histórico de retornos anuais das curvas.

Apresentamos a seguir a posição de Rban nos respectivos fins de período para os fatores de risco de taxa de juros da carteira banking:

Rban	2011	2010	Δ%
Prefixados	132.757	24.150	449,72%
Cupom de Moedas	436	26.049	-98,32%
Cupom de Índice de Preços	9.646	25.222	-61,76%
Rban Carteira	142.839	75.422	89,39%

Rban	2011			2010		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	57.674	132.757	27.444	25.334	33.386	15.963
Cupom de Moedas	10.396	21.518	436	17.368	45.333	4.477
Cupom de Índice de Preços	17.690	30.273	5.412	18.428	25.421	10.042
Rban Carteira	85.760	142.839	43.508	61.129	97.679	31.616

A variação nos valores de Rban foram devidos à alteração na metodologia utilizada para o seu cálculo. Até junho de 2011 a Rban era calculada com base na metodologia padrão estabelecida pelo BACEN para a carteira de negociação (VaR de 10 dias). A abordagem atual é baseada na aplicação de choques nas curvas de mercado e reprecificação da carteira, com base em histórico de retornos anuais dos fatores de risco de taxa de juros.

Para os instrumentos prefixados, a variação se deu também em razão da reclassificação de carteiras de crédito que estavam classificadas como trading, aumentando o valor de exposição a risco de taxa prefixada.

Caso não tivesse sido alterada, a Rban em 31 de dezembro de 2011 seria:

Rban	Metodologia Atual	Met. Anterior (VaR 10 dias)	Δ%
Prefixados	132.757	115.963	14,48%
Cupom de Moedas	436	22.530	-98,06%
Cupom de Índice de Preços	9.646	19.837	-51,38%
Rban Carteira	142.839	158.329	-9,78%

O gerenciamento e risco da taxa de juros é complementado pelo monitoramento da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a vários cenários de taxas de juros. A análise de sensibilidade demonstra o impacto na carteira global do Banco (trading e banking) de mudanças nas taxas de juros e no câmbio. Os cenários, com base nas informações de mercado (BM&FBOVESPA) de 29 de dezembro de 2011, são:

- **Cenário 1 (Provável):** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 1,8570.
- **Cenário 2 (Possível):** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 1,6882; e
- **Cenário 3 (Remoto):** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 1,4069.

Fator de risco	Carteira Conglomerado - exposições sujeitas a variações de	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Pré Fixadas	(2.494)	(740.940)	(1.642.866)
Moeda Estrangeira	Taxa de câmbio R\$/US\$	(67)	(671)	(1.677)
Cupom Cambial	Taxas dos Cupom Dólar	(6)	(506)	(1.026)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de cupom de Índice de Preços	(71)	(8.880)	(18.193)
Total 2011		(2.638)	(750.997)	(1.663.762)
Total 2010		(1.473)	(226.686)	(431.783)

As posições gerais de risco de taxas de juros da carteira de operações não classificadas na carteira de negociação são administradas pela Tesouraria, que utiliza títulos de investimentos e instrumentos derivativos para gerenciar a posição geral decorrente das atividades que não envolvem negociações.

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período findo 31 de dezembro de 2010.

Ativos – Dólar	2011	2010
Operações de Crédito (ACC/CCE)	111.377	-
Total Ativos	111.377	-
Passivos – Dólar		
Dívida subordinada	949.274	1.051.992
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	925.349	849.079
Total Passivos	1.874.623	1.901.071

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor Justo	
	2011	2010	2011	2010
<u>Ativos - Dólar</u>				
“Swap”	1.717.875	1.909.963	2.314.605	1.956.618
DDI –(Cupom Cambial)	52.090	-	(76)	-
Total Ativos	1.769.965	1.909.963	2.314.529	1.956.618
<u>Passivos – Dólar</u>				
“Swap”	6.000	-	6.617	-
DDI –(Cupom Cambial)	102.450	-	436	-
Dolar	55.381	-	91	-
Total Passivos	163.831	-	7.144	-

7.2.4 Risco operacional

O Banco controla permanentemente seus Riscos Operacionais implementando medidas que permitam a adequada identificação, mensuração e controle dos riscos incorridos, incluindo mudanças nos processos, investimentos em equipamentos e instalações, além do treinamento do pessoal operacional e de apoio.

A gestão do Risco Operacional envolve:

- Análise de riscos - Visando identificar e quantificar os níveis de exposição aos riscos operacionais nas negociações, investimentos e operações de risco da instituição, incluindo os riscos ambientais e de segurança de trabalho;
- Avaliação da qualidade dos controles existentes para a mitigação de riscos;
- A realização de testes para avaliação da efetividade dos controles internos;
- Implementação de medidas e ações preventivas para redução das chances de sinistros e de suas perdas potenciais; e
- Monitoramento de riscos - programa de monitoramento contínuo de riscos potenciais no ambiente operacional.

i. Políticas e estratégias da gestão de risco operacional

As unidades de Compliance, Controles Internos e Risco Operacional são responsáveis pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e reporte do Risco Operacional.

O adequado funcionamento da estrutura de gerenciamento de Risco Operacional é condição básica para que a Instituição avance no desenvolvimento do ambiente de Controles Internos e Risco Operacional, adequando-os à complexidade e às características de suas operações.

ii. Processo de gerenciamento do risco operacional

Os riscos operacionais relacionam-se às perdas esperadas e/ou inesperadas da instituição, em virtude da possibilidade de ocorrência de falhas ou inadequações em seus sistemas, práticas e medidas de controle serem incapazes de resistir a erros humanos, à infraestrutura de apoio danificada, a falha de modelagem, de serviços ou de produtos, e as mudanças no ambiente externo.

Alinhadas as exigências da Resolução 3380/06 do BACEN, o Panamericano classifica como Risco Operacional os seguintes eventos:

- Fraude interna: perdas decorrentes de ação de má-fé por funcionário, por meio de adulteração, falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar ilegitimamente de valores pertencentes ao Banco;
- Fraude externa: perdas decorrentes de ação de má-fé praticada por terceiros, por meio de adulteração falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar de valores pertencentes ao Banco ou sob sua responsabilidade;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho: perdas decorrentes de atos inconsistentes com contratos ou leis trabalhistas, de saúde ou segurança, do pagamento de reclamações por lesões corporais, ou de diversidade/eventos discriminatórios;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços: perdas decorrentes da violação de acordos contratuais e leis, ou qualquer falha no cumprimento de obrigação profissional no relacionamento com os clientes;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição: perdas decorrentes de danos a ativos físicos ocasionados por desastres naturais, mau uso ou outros acontecimentos;
- Aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição: perdas decorrentes de uma falha não-intencional ou negligente para cumprir uma obrigação profissional para com clientes específicos, relacionadas ao meio ambiente ou ao produto;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação: perdas decorrentes de falhas no processamento das informações (dados), no desenvolvimento ou na implantação de aplicativos, na rede de telecomunicações ou ainda, problemas decorrentes de hardware ou software corporativos;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição: perdas decorrentes de administração de processo ou processamento de transação com problemas, de utilização dos recursos tecnológicos.

iii. Gerenciamento do capital

A gestão de capital visa assegurar o atendimento às exigências legais e garantir que a estrutura de capital se mantenha compatível com o perfil de atuação do Banco, os riscos advindos de suas posições e sua visão de futuro.

O Banco deve possuir capital suficiente para suportar o risco incorrido em suas operações. A mensuração de capital, efetuada a partir das metodologias padronizadas, atende aos requisitos previstos nas Resoluções 3.490/07 e 3.444/07 CMN.

O Patrimônio de Referência do Grupo é composto de dois níveis:

- O capital Nível I, que inclui o capital dos acionistas (detentores de ações ordinárias e preferenciais), Reservas (capital e lucros), lucros acumulados, recursos de acionistas, adequações referentes ao preço de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários classificados como “Disponíveis para Venda”, ágios pagos em investimentos, ativos intangíveis, e ajustes exigidos pelas entidades regulatórias (Excesso de Crédito Tributário);
- O capital de Nível II, que inclui classificação de passivos subordinados, provisões para perdas *impairments* coletivos e o elemento de reserva de valor justo relacionado aos ganhos não realizados em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda.

Vários limites são aplicados aos elementos da base de capital. O valor dos instrumentos e dívida de nível I não pode ultrapassar 15% do capital total do nível I; o capital de nível II elegível não pode ultrapassar o capital de nível I; o capital subordinado de empréstimo a prazo elegível não poderá superar 50% do capital de nível I. Também existem restrições sobre o valor das provisões coletivas de perdas por *impairment* que podem ser incluídas como parte do capital de nível II.

Outras deduções de capital incluem os valores contábeis dos investimentos em subsidiárias que não podem ser incluídos na consolidação reguladora, investimentos em capital de bancos e outros determinados itens reguladores.

Patrimônio de Referência ⁽¹⁾

	Valor	Valor
	2011	2010
Patrimônio de Referência – PR	1.127.383	(868.163)
Nível I	751.612	(721.140)
(+) Patrimônio líquido	1.399.982	207.847
(+) Recursos de acionistas	629.631	-
(-) Ativo permanente	(1.433)	(1.906)
(-) Marcação a mercado (TVM)	34	(5)
(-) Excesso crédito tributário	(1.276.602)	(927.076)
Nível II	375.772	-
(+) Instrum. dívidas subordinadas	961.796	1.066.032
(-) Excesso de instr. dívidas subordinadas	(585.990)	(1.066.032)
(+) Marcação a mercado (TVM)	(34)	5
(-) Excesso de Capital Nível II em Relação a I	-	(5)

Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ⁽¹⁾

A composição do Patrimônio de Referência Exigido é apresentada a seguir:

	Valor	
	2011	2010
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	1.217.775	1.726.324
Risco de Crédito - PEPR	1.066.733	1.338.780
Risco de Mercado	1.834	38.977
PJUR1 (taxa juros)	81	38.977
PACS (ações)	1.753	0
Risco Operacional - POPR	149.208	348.567
T -3	119.200	307.984
T -2	190.359	316.166
T -1	138.062	421.551
Banking Book/Risco de Mercado - RBAN	142.839	75.421

Índice de Basileia ⁽¹⁾

A evolução do Índice de Basileia é apresentada a seguir:

	Valor	
	2011	2010
Índice da Basileia (%)	10,18%	-5,53%
F	0,11	0,11
PR	1.127.383	(868.163)
PEPR	1.066.733	1.338.780
PJUR/PACS	1.834	38.977
POPR	149.208	348.567

O Índice de Basileia atingiu 10,18% em 31 de dezembro de 2011, ante -5,53% em 31 de dezembro de 2010, sendo que o Banco apresentou um plano para fortalecimento de sua estrutura de capital, aprovado pelo BACEN nos termos da Resolução CMN nº 4.019/11. O Patrimônio de Referência – PR atingiu R\$1.127.383, contra um PR negativo de R\$868.163 no encerramento do exercício anterior. Conforme a Resolução supracitada, o Patrimônio de Referência de 31 de dezembro de 2011 considera os valores recebidos de acionistas, no montante de R\$ 620.000 efetuados em 9 de novembro de 2011, classificados em “outros passivos”.

⁽¹⁾ Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Dívidas subordinadas por prazo de vencimento

As dívidas subordinadas consideradas elegíveis a compor o Patrimônio de Referência Nível II são limitadas a 50% do Nível I e têm sua elegibilidade reduzida em função do prazo a decorrer, conforme Resolução CMN 3.444/07. Segue abaixo a composição da conta Instrumentos de Dívidas Subordinadas, em dólares americanos:

Instrumentos Financeiros – PR	Vencimento	Taxa de Juros (% a.a. – 360 simples)	Periodicidade Juros (meses)	US\$ Notional
Nível II Dívidas subordinadas – Emissão externa	23/04/2020	8,50	6	500.000

7.2.5 Gerenciamento de riscos financeiros e de seguros

As principais atividades da controlada Panamericana de Seguros nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas) e de Danos Pessoais (DPVAT):

- Seguros de Pessoas, seu foco de atuação é o Seguro de Vida Individual e Empresarial, Acidentes Pessoais, Rendas e Eventos Aleatórios (Desemprego), Prestamistas (protegem contra inadimplência em financiamentos) e Vida em Grupo.
- Danos Pessoais atua especialmente no consórcio do DPVAT.

Atualmente a controlada Panamericana de Seguros possui 30 funcionários, sendo que sua estrutura organizacional é composta pelas áreas comercial, de sinistros, técnica – operacional, controladoria, finanças e contabilidade. Adicionalmente, utiliza a estrutura administrativa e operacional do Grupo Financeiro Panamericano.

O gerenciamento de riscos é efetuado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da controlada Panamericana de Seguros.

Por essa razão, a Administração busca contínua melhoria das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, que são aprimoradas principalmente nas operações de seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados pela rede do Banco Panamericano em todo território nacional, visando a proteção financeira dos nossos clientes, atendendo as necessidades nos segmentos pessoa jurídica e pessoa física, sendo este último o de maior concentração dos negócios. A controlada Panamericana de Seguros oferece, também, aos seus clientes produtos que complementam outros produtos de consumo financeiro do Grupo Panamericano, como seguros prestamista.

A controlada Panamericana de Seguros subscreve contratos de seguro, retendo os riscos e os prêmios associados a estes contratos. Adicionalmente, ao gerenciar sua exposição ao risco de seguro através da utilização de resseguradores ou cosseguradores, os prêmios e os riscos relacionados a estes contratos são cedidos.

A Política de repasse de riscos é definida tecnicamente e atuarialmente, exclusivamente pela Diretoria Técnica Operacional, com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e evitar possíveis desvios na sinistralidade.

As operações de seguros envolvem, por parte da controlada Panamericana de Seguros, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes em que a controlada Panamericana de Seguros está exposta são: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de seguros e risco de capital.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida, na controlada Panamericana de Seguros, visa estabelecer o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências.

Os produtos de seguros são submetidos a um processo detalhado de aprovação. Este processo consiste de uma análise dos riscos inerentes ao produto, incluindo, mas não limitado aos riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de seguros, riscos de preço e risco regulatório.

As atividades da controlada Panamericana de Seguros estão em sinergia com as operações do controlador o Banco Panamericano S/A. Os prêmios relativos aos seguros são recebidos em uma única parcela.

Os principais produtos comercializados são:

Rendas de eventos aleatórios: a controlada Panamericana de Seguros oferece a garantia de minimizar o risco de crédito junto ao Estipulante do saldo devedor de uma operação de crédito existente na data do sinistro, devidamente vinculado ao presente seguro, observado o valor máximo previsto em cláusula específica de condições, desde que não esteja abrangida pelos Riscos Excluídos e respeitados as demais condições contratuais.

Prestamista: Garantia do pagamento de uma indenização que consista na amortização de dívida contraída junto ao Estipulante, limitada ao prazo e capital segurado definidos na apólice de seguros, na hipótese de ocorrência de evento coberto, durante a vigência do seguro, nos termos destas Condições Gerais e Especiais da Apólice.

Acidentes Pessoais Coletivo: a controlada Panamericana de Seguros oferece a garantia do pagamento de um Capital Segurado ao Segurado ou a seu (s) Beneficiário (s), na hipótese de ocorrência de Eventos Cobertos, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos Riscos Excluídos e respeitados as demais condições contratuais.

Vida em Grupo: Garantia do pagamento de uma indenização ao(s) beneficiário(s), em caso de morte do Segurado, observadas as Condições Gerais, Especiais, e o Termo de Adesão. Outras coberturas podem ser incluídas neste produto como, por exemplo, Invalidez Permanente Total ou Parcial e Assistência Funeral, diárias de incapacidade, entre outras.

a) Política de gerenciamento de riscos

Atualmente, a Política de Gerenciamento de Risco está ligada na complexidade dos serviços, na inovação de produtos ofertados no mercado, bem como na qualidade da sua precificação através de estudos atuariais.

O monitoramento constante dos Riscos de Seguros, Crédito, Liquidez, Mercado e Capital fazem parte da rotina de Gerenciamento de Riscos da estruturas da controlada Panamericana de Seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados através de corretores de seguros e distribuídos em todo território Nacional pela rede do Banco Panamericano.

b) Risco de Seguros

O gerenciamento de risco de seguros consiste, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Considera-se risco de seguro o risco em que o segurado transfere para o subscritor, no caso a controlada Panamericana de Seguros, o risco da ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global dos prêmios recebidos. O custo de um sinistro pode ser influenciado por vários fatores, incluindo o histórico de mortalidade e desemprego.

Riscos de seguros são controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

Todos os principais processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades contidas dentro da controlada Panamericana de Seguros. Cada risco e controle monitorados pela equipe da controlada Panamericana de Seguros trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de riscos subscritos ou a subscrever.

A concentração do risco de seguro atualmente está aliada a todo território nacional, em virtude da comercialização do prestamista. As maiores concentrações são nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Não há a pretensão de operar mais com seguros de vida oriundo de licitações o que reduzirá a frequência de seguros na região nordeste. Por outro lado, futuramente, a controlada Panamericana de Seguros irá operar com o seguro prestamista com foco em concessionárias, além do seguro habitacional. O foco da controlada Panamericana de Seguros é atuar mais diretamente nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

c) Estratégia de Subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da controlada Panamericana de Seguros no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimação das provisões.

A subscrição é fundamental para que a controlada Panamericana de Seguros seja capaz de alcançar dois principais objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro; e
- Obter um lucro operacional

A política de aceitação do seguro de pessoas da controlada Panamericana de Seguros é determinada em função da classificação dos riscos:

- a) Riscos Seguráveis: São riscos com compreensão clara das consequências do fato ocorrido;
- b) Riscos Aceitáveis: Riscos que já possuem aceitação definidas internamente; e

c) Riscos Inaceitáveis/Inseguráveis: São riscos de difícil previsão, pois podem ser muito afetados pelas ações do segurado, concentração de riscos e aqueles que podem trazer riscos à possíveis fraudes.

Na controlada Panamericana de Seguros, o risco de subscrição é avaliado por:

(i) Etapas

- Desenvolvimento do produto e precificação, adequada a realidade do mercado com base na tábua de mortalidade pré definida;
- Formas de comercialização;
- Análise de aceitação da proposta; e
- Procedimentos e comportamento da sinistralidade.

(ii) Área técnica, operacional e atuarial

- Atuarial: Mensuração do Risco; Nota Técnica Atuarial e definição dos limites técnicos por apólice e carteira;
- Subscrição: Riscos seguráveis; Riscos aceitáveis; Riscos inaceitáveis/inseguráveis; e
- Tarifação adequada aos riscos.

A Administração da controlada Panamericana de Seguros adota os seguintes principais procedimentos para mitigação dos riscos de subscrição:

- Política de governança que assegure a gestão adequada das operações;
- Políticas e Controles Internos;
- Estrutura Organizacional;
- Reavaliação periódica dos riscos e controles praticados;
- Adoção de políticas e procedimentos para criação de novos produtos e monitoramento dos riscos de subscrição;
- Limites Operacionais para aceitação e concentração de riscos;
- Políticas de Recursos Humanos;
- Pessoal Técnico treinado para monitoramento dos riscos;
- Metodologias e métodos estatísticos e atuariais;
- Sistema de informações gerenciais – análises de carteiras; e
- Plano de Contingências.

(iii) Monitoramento

O monitoramento do risco de subscrição é realizado com análise do comportamento da carteira abrangendo todos os sub-riscos inerentes à operação, como por exemplo:

- Risco de Insuficiência de Provisão: Risco relacionado com a incerteza derivada da variabilidade das provisões técnicas em relação a seu valor esperado até a liquidação de todos os sinistros;

- Risco de Insuficiência de Prêmios (Seguros Não-Vida): Risco em que o prêmio de competência do período de análise de solvência, não seja suficiente para indenizar os sinistros que ocorrerão durante o período de análise acrescidos dos custos de gestão de sinistros; e
- Risco de Subscrição de Vida: Os riscos de mortalidade e de invalidez e refletem a incerteza sobre a suficiência de provisões técnicas nessas modalidades.

De forma geral, no julgamento da Administração, a controlada Panamericana de Seguros adota uma Política de Aceitação de Riscos, abrangendo os seus produtos desenvolvidos e comercializados junto ao mercado, levando em consideração as etapas, considerações e variáveis mencionados anteriormente.

d) Estratégia de resseguro

Essa política visa proteger a carteira da controlada Panamericana de Seguros, além de oferecer uma garantia aos acionistas de possíveis desvios na sinistralidade.

A política de resseguros é revisada periodicamente pela controlada Panamericana de Seguros, incluindo os riscos a ressegurar, lista de resseguradores e grau de concentração.

Atualmente, a controlada Panamericana de Seguros possui um contrato de resseguro proporcional de excedente de Responsabilidade com o IRB Brasil Resseguros S.A. para proteção de sua carteira, e o volume de operações com resseguradores nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2011 e período findo em 31 de dezembro de 2010, não foi representativo considerando o cenário atual da controlada Panamericana de Seguros.

e) Desenvolvimento de sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e pendentes, para cada ano de aviso, conforme segue:

PROVISÕES E PAGAMENTOS – BRUTO DE RESSEGURO								
Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	
- No final do ano do aviso	8.840	21.169	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	
- Um ano após o aviso	5.405	18.658	28.569	25.687	22.449	19.409		
- Dois anos após o aviso	5.528	18.857	28.657	25.310	22.412			
- Três anos após o aviso	6.093	18.867	28.437	25.301				
- Quatro anos após o aviso	6.066	18.694	28.647					
- Cinco anos após o aviso	6.064	18.701						
- Seis anos após o aviso	6.092							
Estimativa corrente	6.092	18.701	28.647	25.301	22.412	19.409	23.086	143.648
Pagamentos acumulados até a data base	6.017	18.459	28.396	24.780	21.727	18.542	19.536	137.457
Passivo reconhecido no balanço	75	242	252	520	685	867	3.550	6.191
Passivo em relação a períodos anteriores a dezembro/2005								191
Passivo relacionado à DPVAT								19.528
Passivo relacionado à retrocessão								15
Total do passivo incluso no balanço								25.925

PROVISÕES E PAGAMENTOS – LÍQUIDO DE RESSEGURO								
Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	
- No final do ano do aviso	8.840	21.169	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	
- Um ano após o aviso	5.405	18.658	28.569	25.687	22.449	19.409		
- Dois anos após o aviso	5.528	18.857	28.657	25.310	22.412			
- Três anos após o aviso	6.093	18.867	28.437	25.301				
- Quatro anos após o aviso	6.066	18.694	28.647					
- Cinco anos após o aviso	6.064	18.701						
- Seis anos após o aviso	6.092							
Estimativa corrente	6.092	18.701	28.647	25.301	22.412	19.409	23.086	143.648
Pagamentos acumulados até a data base	6.017	18.459	28.396	24.780	21.727	18.542	19.536	137.457
Passivo reconhecido no balanço	75	242	252	520	685	867	3.550	6.191
Passivo em relação a períodos anteriores a dezembro/2005								191
Passivo relacionado à DPVAT								19.528
Passivo relacionado à retrocessão								15
Total do passivo incluso no balanço								25.925

Os resultados encontrados para cada ano de aviso do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado em cada exercício estão adequadas, uma vez que não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores.

f) Análise de sensibilidade

Conforme estabelecido no IAFRS 4 (CPC 11), a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço. Isto posto, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as variáveis de risco de taxa de juros, sinistralidade e inflação, sendo os impactos demonstrados abaixo:

Premissas Atuariais	Passivo ⁽⁷⁾	Ativo ⁽⁸⁾	Valor	Impacto no Resultado (%)
Aumento de 5,0% na sinistralidade, aplicado ao Fluxo do TAP (1)	3.496	17	3.479	-9,74%
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada ao Fluxo do TAP (2)	(3.409)	(17)	(3.392)	9,50%
Aumento de 0,5% na Taxa de Juros, aplicado ao Fluxo do TAP (3)	(459)	(2)	(457)	1,28%
Redução de 0,5% na Taxa de Juros, aplicada ao Fluxo do TAP (4)	471	2	469	-1,31%
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (5)	3.304	-	157	-0,44%
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (6)	2.990	-	(157)	0,44%

Observações:

(1) Aumento de 5,0% (cinco por cento) na taxa de sinistralidade considerada no Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

(2) Redução de 5,0% (cinco por cento) na taxa de sinistralidade considerada no Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

(3) Aumento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) na taxa de juros aplicada para descontar os valores estimados no Fluxo de Caixa do Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

(4) Redução de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) na taxa de juros aplicada para descontar os valores estimados no Fluxo de Caixa do Teste de Adequação de Passivos, e mantendo as demais variáveis.

(5) Aumento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada na data base, e mantendo as demais variáveis.

(6) Redução de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada na data base, e mantendo as demais variáveis.

(7) Valores que deverão ser adicionados ao passivo da controlada Panamericana de Seguros, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(8) Valores que deverão ser adicionados ao ativo da controlada Panamericana de Seguros, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

Acrescentamos, ainda, que as variáveis de índice de conversibilidade e excedente financeiro não são aplicáveis aos riscos operacionalizados pela controlada Panamericana de Seguros e, por esta razão, não foram consideradas na análise de sensibilidade demonstrada acima, e que foram excluídas, ainda, as operações do ramo DPVAT.

g) Risco financeiro

A Política de Investimento das provisões técnicas e obrigatórias da controlada Panamericana de Seguros insere-se dentro do contexto da Administração própria dos recursos do Grupo Panamericano, com definição de limites de crédito, percentuais máximos de alocação por emissor e prazos de aplicação. Toda a análise de crédito é realizada pelo Banco em conjunto com a controlada Panamericana de Seguros e sua controlada a partir de modelos próprios desenvolvidos internamente.

Os limites de crédito são analisados e aprovados internamente pela administração da controlada Panamericana de Seguros e sua controlada, levando em consideração o componente e características de seus produtos e, conseqüentemente, sinistralidade e o devido enquadramento da Resolução CMN no 3.358/06, conforme demonstrado abaixo.

h) Faixa de alocação de recursos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Ativos financeiros	2011	Limite (*)	2010	Limite (*)	01/01/2010	Limite (*)
Renda fixa - títulos públicos	86,33	100%	84,30	100%	26,00	100%
Renda fixa - títulos privados	1,19	80%	5,38	80%	72,77	80%
Fundos de investimento	12,48	80%	10,32	80%	1,23	80%

(*) Enquadrado na Resolução nº 3.358/06 do Conselho Monetário Nacional.

A definição da alocação de recursos nas faixas acima definidas é feita com base nas expectativas de valorização de cada segmento de ativos, baseados no cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo objetivando atender as metas atuariais. Como os títulos públicos federais são papéis de liquidez imediata, não há definição de prazos ou limites máximos de alocação. No caso dos títulos privados, o prazo máximo é limitado a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de aplicações é de R\$ 233.703 (2010 - R\$ 249.976). Do total aplicado em títulos de renda fixa, R\$ 108.626 (2010 - R\$ 122.591) estão vinculados junto ao Órgão regulador das Seguradoras como recursos garantidores das provisões técnicas.

São representadas por aplicações financeiras, classificadas no nível 1 as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com vencimento até setembro de 2015, indexadas a 100% da SELIC, e Quotas de Fundos de Renda Fixa, representando do total da carteira 86,38% e 13,61%, respectivamente.

i) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de ativos financeiros detidos pela controlada Panamericana de Seguros. O montante das posições detidas pode sofrer variações em função da volatilidade de preços e de taxas de juros, as quais alteram o valor de mercado dos títulos que a controlada Panamericana de Seguros tenha posição.

O risco de mercado é mensurado e administrado, em conjunto com o Banco Panamericano, por meio de metodologias aderentes as exigências regulatórias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Política da controlada Panamericana de Seguros, em termos de exposição a riscos de mercado, acompanha as políticas definidas pelo Comitê de Investimentos e validados pelos acionistas.

j) Análise de sensibilidade dos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado

A controlada Panamericana de Seguros, como controlada do Banco Panamericano, adota o mesmo critério de mensuração do Risco de Mercado de seu acionista majoritário.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a controlada Panamericana de Seguros não possuía diretamente exposição em instrumentos financeiros atrelados a taxa de juros (prefixadas, cupons de moeda, cupons de índice e cupons de taxas), variação cambial, ações ou commodities. As aplicações financeiras foram alocadas em títulos públicos federais com remuneração pós-fixada (SELIC), conseqüentemente o Risco de Mercado da Seguradora foi reduzido.

Além destas exposições, a controlada Panamericana de Seguros possui aplicações financeiras em Fundos de Investimentos no montante de R\$ 29.179 (2010 - R\$ 25.793). Considerando-se a

participação da controlada Panamericana de Seguros em cada fundo e de forma consolidada, a controlada Panamericana de Seguros também não apresentou exposição relevante aos fatores de Risco de Mercado (74,1% em SELIC, 15,2% em CDI, 7,0% em exposição prefixada e 3,7% em cupom de IPCA).

k) Risco de crédito

A controlada Panamericana de Seguros e sua controlada possui uma política de risco para aquisição de seus ativos financeiros, o critério adotado para as aplicações financeiras é de alocar seus recursos de forma conservadora e adequada para a sua atividade.

O saldo de contas a receber, está distribuído em diversos clientes aonde a concentração principal de risco de crédito para um único cliente, é representada por prêmios emitidos contra as empresas do conglomerado Panamericano.

A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis.

l) Estimativa ao valor justo

Ativos	2011	2010	01/01/2010
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	Nível 1	Nível 1	Nível 1
Títulos para negociação	29.179	25.793	2.376
Ativos financeiros disponíveis para venda	185.250	206.104	178.498
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	19.274	18.079	12.656
Total	233.703	249.976	193.530

Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

m) Exposição ao risco de crédito

	2011	Redução ao valor recuperável	2010	Redução ao valor recuperável	01/01/2010
Instrumentos de dívida	233.703	-	249.976	-	193.530
Empréstimos e recebíveis	19.368	-	23.413	(7.409)	
Exposição máxima ao risco de crédito	253.071	-	273.689	(7.409)	193.530

n) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da controlada Panamericana de Seguros e sua controlada tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. A controlada Panamericana de Seguros tem como premissa, efetuar análises semanais no fluxo de caixa dos ativos garantidores das provisões técnicas, de forma a oferecer total equilíbrio entre o fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para isso, são aplicados também métodos atuarias para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Os investimentos financeiros são gerenciados pela controlada Panamericana de Seguros e sua controlada com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, a

controlada Panamericana de Seguros utiliza estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas pela controlada Panamericana de Seguros para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas.

Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos.

O balanceamento entre os vencimentos e volumes de ativos e passivos é monitorado pela administração da controlada Panamericana de Seguros em decorrência das características e comportamento de seus produtos e respectivos riscos atuariais.

A Administração da controlada Panamericana de Seguros e sua controladora gerencia o risco de liquidez utilizando as seguintes técnicas:

- Correspondendo as entradas de caixa com as expectativas de saídas de caixa utilizando projeções específicas de fluxo de caixa ou, mais genericamente, combinando o vencimento e volumes de ativos e passivos.
- Mantendo recursos em caixa.
- Investindo em títulos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos para o grau que eles existem.
- Monitorando a concentração de investimentos e restringindo quando apropriado, por exemplo, dívidas emitidas ou emissores.

O risco de liquidez avalia as mudanças nos fluxos de caixa líquidos esperados sob uma série de cenários de stress designados para determinar o efeito da redução da expectativa de liquidez disponível e acelerando as saídas de caixa.

	2011		2010		01/01/2010	
	Até 365 dias	%	Até 365 dias	%	Até 365 dias	%
Obrigações a pagar	8.945	90,08	10.041	85,54	5.884	77,21
Outras contas a pagar	770	7,75	747	6,36	677	8,88
Operações com resseguradoras	173	4,00	181	3,31	198	2,60
Corretores de seguros e resseguros	2	0,05	490	8,97	348	4,57
Outros débitos operacionais	1	0,02	192	3,51	409	5,37
Depósitos de terceiros.	39	0,90	87	1,59	105	1,37
Total	9.930	100,00	11.738	100,00	7.621	100,00

o) Maturidade das provisões técnicas (sem DPVAT)

2011				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil
PPNG	18.914	30.158	-	49.072
PPNG-RVNE	10.482	-	-	10.482
PCP	267	-	-	267
IBNR	15.786	4.167	-	19.953
PBaR	96	287	-	383

2010				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil
PPNG	27.211	49.060	4.474	80.745
PPNG-RVNE	2.247	-	-	2.247
PCP	2.972	-	-	2.972
IBNR	8.823	-	-	8.823
PMBaC	86	-	-	86

p) Risco de capital

A controlada Panamericana de Seguros executa suas atividades de gestão de risco de capital, através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela controlada Panamericana de Seguros.

Em períodos anteriores, a controlada Panamericana de Seguros não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

As tabelas a seguir apresentam detalhes de cálculo do patrimônio líquido ajustado para a controlada Panamericana de Seguros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

(i) Patrimônio líquido ajustado (PLA)

	2011	2010	01/01/2010
Patrimônio líquido	132.818	147.415	122.194
Participação em empresas controladas	(10.488)	(9.656)	(11.635)
Diferido	-	-	(120)
Patrimônio líquido ajustado	122.330	137.759	110.439

(ii) Margem de solvência

	2011	2010	01/01/2010
Patrimônio líquido ajustado	122.330	137.759	110.439
0,2 prêmio retido anual - últimos 12 meses (a)	19.688	31.864	21.750
0,33 sinistros retidos anuais médios - últimos 36 meses (b)	16.325	15.167	14.251
Margem de solvência (o maior valor entre (a) ou (b)) (c)	19.688	31.864	25.750
Suficiência	102.642	105.895	88.689

(iii) Capital mínimo requerido em 31 de Dezembro 2011

Capital Base	15.000
Capital adicional – Risco de subscrição	16.803
Capital adicional – Risco de crédito	8.356
Capital adicional Total	22.193
Capital mínimo requerido (CMR)	37.194
Margem de solvência	19.688
Capital mínimo requerido (CMR)	37.194
Patrimônio líquido ajustável (PLA)	117.436
Suficiência do PLA	80.241
Suficiência do PLA em relação ao CMR	215,74%

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Disponibilidades		
Disponibilidades em moeda nacional	25.600	9.054
Disponibilidades em moeda estrangeiras	216	168
Total de disponibilidades	25.816	9.222
Aplicação financeira – curto prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	10.216	379.037
Certificado de depósito bancário - CDB ⁽¹⁾	30.013	6.071
Fundos de renda fixa	5	1.103
Total	40.234	386.211
Total de caixa e equivalentes de caixa	66.050	395.433

(1) Inclui apenas as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias

9 ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

a) Composição

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio” é a seguinte:

	2011	2010
Classificação:		
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	19.128
Total	-	19.128
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	-	19.128
Total	-	19.128
Ações de empresas nacionais - principais emissores		
Cetip		9.679
Cielo	-	9.449
Total	-	19.128

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio – ativos financeiros para negociação” foram as seguintes:

	2011
Saldo no início do exercício	19.128
Venda	(20.669)
Ajustes decorrentes de avaliação	1.541
Saldo no final do exercício	-

10 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO – DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO)

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de gestão de riscos corporativos, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Mantidos para negociação		Ao valor justo no resultado (*)	
	2011	2010	2011	2010
	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado
Instrumentos Derivativos				
Indexador:				
“Swap”				
- Diferencial a receber	8.249	8.727	119.410	-
- Diferencial a pagar	(435)	(452.913)	(21.454)	-
“Contratos futuros”				
- Posição ativa	528	-	-	-
- Posição passiva	(98)	-	-	-
Total líquido	8.244	(444.186)	97.956	-

(*) Os “Swaps” classificados como ao valor justo pe meio do resultado referem-se a operação de hedge contábil de valor justo apresentada na (nota explicativa 4-G)

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo e, passivo segregados nas categorias: indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil a receber e a pagar, e são negociadas em balcão ou mercados organizados, no caso de futuros.

Indexador:	2011								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Valor Contábil
“Swap”									
Posição ativa:	1.879.267	62	1.599	3.188	20.602	102.208	127.659	98.614	29.045
- CDI	13.000	-	-	7	8	106	121	(7)	128
- Prefixado	148.392	62	156	582	3.809	3.519	8.128	5.188	2.940
- Dólar	1.717.875	-	1.443	2.599	16.785	98.583	119.410	93.433	25.977
Posição passiva:	1.879.267	-	(89)	-	(516)	(21.284)	(21.889)	7.979	(29.868)
- Dólar	6.000	-	-	-	(435)	-	(435)	(209)	(226)
- CDI	1.866.267	-	(89)	-	(81)	(21.284)	(21.454)	8.188	(29.642)
- IGPM	7.000	-	-	-	-	-	-	-	-
“Contratos futuros”									
Posição ativa:	274.988	528	-	-	-	-	528	528	-
- DDI – cupom cambial	154.540	437	-	-	-	-	437	437	-
- Dólar	55.380	91	-	-	-	-	91	91	-
- DI1 – taxa de juros	65.068	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	274.988	(98)	-	-	-	-	(98)	(98)	-
- DDI – cupom cambial	154.540	(77)	-	-	-	-	(77)	(77)	-
- Dólar	55.380	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1 – taxa de juros	65.068	(21)	-	-	-	-	(21)	(21)	-
Total a receber líquido		492	1.510	3.188	20.086	80.924	106.200	107.023	(823)

Indexador	2010							
	Valor de referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Mercado
Posição ativa:	2.157.585	116	226	287	3.821	4.277	8.727	8.727
Prefixado	247.622	116	226	287	3.821	3.729	8.179	8.179
Dólar	1.909.963	-	-	-	-	548	548	548
Posição passiva:	2.157.585	(13.376)	(1.247)	(3.306)	(235.330)	(199.654)	(452.913)	(452.913)
Prefixado	187.166	(13.376)	-	-	(231.427)	-	(244.803)	(244.803)
CDI	1.970.419	-	(1.247)	(3.306)	(3.903)	(199.654)	(208.110)	(208.110)
Total a pagar		(13.260)	(1.021)	(3.019)	(231.509)	(195.377)	(444.186)	(444.186)

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está assim composto:

	2011		
	Receita	Despesa	Líquido
“Swap” – ganhos/perdas não realizadas	630.320	(478.341)	151.979
“Contratos futuros” – ganhos/perdas realizadas	27.060	(29.274)	(2.214)
Total	657.380	(507.615)	149.765

11 INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” nas demonstrações consolidadas da posição financeira é a seguinte:

	2011	2010
Classificação:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.068.722	491.414
Ativos financeiros mantidos para negociação	71.699	30.905
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	766	15.670
Total	1.141.187	537.989
Tipo:		
Títulos do governo brasileiro	1.038.687	496.002
Cotas de fundos de investimento	72.465	31.624
Certificados de depósito bancário	30.035	10.363
Total	1.141.187	537.989

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros disponíveis para venda” foram as seguintes:

	2011
Saldo no início do exercício	491.414
Adições (alienações) líquidas	481.558
Ajuste a valor de mercado	(56)
Juros	95.806
Saldo no final do exercício	1.068.722

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período findo em 31 de dezembro de 2010, o Banco não reconhece perda por redução do valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos para negociação” foram as seguintes:

	2011
Saldo no início do exercício	30.905
Adições (alienações) líquidas	35.392
Ajuste a valor de mercado	5.402
Saldo no final do exercício	71.699

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos até o vencimento” foram as seguintes:

	2011
Saldo no início do exercício	15.670
Adições (alienações) líquidas	(14.949)
Juros	45
Saldo no final do exercício	766

c) Abertura por prazo de vencimento

	2011	2010
Prazo:		
Sem vencimento	72.465	31.624
Até 360 dias	31.215	10.363
Acima de 360 dias	1.037.507	496.002
Total	1.141.187	537.989

12 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” é a seguinte:

a) Composição

	2011	2010
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	909.026	799.576
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras líquidos	909.026	799.576
Tipo:		
Operações compromissadas	639.461	210.769
Depósitos interfinanceiros	269.565	588.807
Total	909.026	799.576

b) Abertura por prazo de vencimento

Prazo	2011	2010
Até 30 dias	20.362	385.000
De 31 a 90 dias	27.308	25.668
De 91 a 180 dias	652.591	50.215
De 181 a 360 dias	89.034	175.303
Acima de 360 dias	119.731	163.390
Total	909.026	799.576

13 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes” é a seguinte:

	2011	2010
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	10.926.809	13.564.064
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>) - nota 7.2.1 (d)	(1.241.395)	(1.211.333)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	9.685.414	12.352.731

b) Abertura

Apresentamos a seguir a composição dos “empréstimos e adiantamentos a clientes” por tipo de crédito:

	2011	2010
Tipo de crédito:		
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	6.927.632	7.173.272
Empréstimos em consignação	1.413.041	2.507.778
Arrendamento mercantil	688.797	1.088.045
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (*)	493.471	671.363
Renegociações	70.812	593.289
Títulos e créditos a receber(**)	472.239	546.848
Capital de giro	561.669	315.297
Conta garantida	21.206	310.482
Direitos creditórios adquiridos	75.610	256.720
Financiamento a titulares de cartões de crédito de terceiros (***)	-	67.383
Títulos descontados	8.140	20.241
Financiamento a exportação	98.835	-
Adiantamento contratos de câmbio e rendas a receber	78.400	-
Cheque especial	818	12.483
Outros	16.139	863
Total	10.926.809	13.564.064

(*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito administrados pela Panamericana Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

(**) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito com características de concessão de crédito.

(***) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de créditos de bandeiras Visa e Mastercard, administrados pelo Banco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*) - nota 7 no montante de R\$ 85.266 (sendo R\$ 78.243 de recuperação de crédito do Banco e R\$ 7.013 de recuperação de operação de arrendamento mercantil).

A movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos é apresentada na nota 14.

c) Por prazo de vencimento

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	807.184	7,39	1.037.981	7,65
A vencer				
Até 30 dias	951.433	8,71	1.054.047	7,77
De 31 a 60 dias	279.945	2,56	308.221	2,27
De 61 a 90 dias	289.884	2,65	306.834	2,26
De 91 a 180 dias	788.369	7,21	934.788	6,89
De 181 a 360 dias	1.616.767	14,80	1.380.270	10,18
Acima de 360 dias	6.193.227	56,68	8.541.923	62,98
Total	10.926.809	100,00	13.564.064	100,00

d) Cessões de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras e com FIDCs, conforme demonstra-se a seguir. Os contratos e parcelas de contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos consignados e financiamentos de veículos.

	2011		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Com coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	485.872	401.752	84.120
Subtotal	485.872	401.752	84.120
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	4.945.741	4.161.424	784.317
Empréstimo em consignação	1.364.613	1.103.600	261.013
Conta garantida e capital de giro	141.407	139.627	1.780
Subtotal	6.451.761	5.404.651	1.047.110
Total	6.937.633	5.806.403	1.131.230

• **Cessões com coobrigação**

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 2.082.661 (2010 - R\$ 3.327.390), no Banco, apurado pelo valor presente através das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 2.429.721 (2010 - R\$ 3.972.159), no Banco, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 166.116 (2010 - R\$ 118.430), no Banco, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica “empréstimo e recebíveis”

O resultado com cessões de crédito com coobrigação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 montou R\$ 84.120 e está registrado na rubrica “receita com juros e similares”, referindo-se a contratos de financiamento de veículos.

14 MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR NÃO RECUPERAÇÃO (IMPAIRMENT) DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS (NOTA 7)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a provisão para empréstimos e adiantamentos (clientes e instituições financeiras) apresentou as seguintes movimentações:

	2011
Movimentação:	
Saldo no início exercício	(1.211.333)
Complemento de provisão	(1.168.626)
Saldo oriundo de créditos que retornaram para carteira	(149.252)
Baixa contra a provisão	1.287.816
Saldo no final do exercício	(1.241.395)

15 ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

A composição dos saldos da rubrica “Ativos não correntes mantidos para venda” é a seguinte:

	2011	2010
Veículos terrestres	112.948	205.662
Material em estoque	551	1.507
Imóveis	589	668
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(77.899)	(126.032)
Total	36.189	81.805

Os bens e as propriedades tomadas em dação de pagamento são mantidos para venda e os recursos obtidos são utilizados para reduzir as dívidas em aberto.

16 CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS

a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2011	2010
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	204.817	279.169
Sobre lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos ao FIDCs	96.537	132.546
Sobre prejuízos fiscais	1.664.924	1.129.628
Sobre diferenças temporárias	748.753	497.632
Sobre provisão para perda por redução ao valor recuperável	419.283	241.676
Sobre provisão de ações cíveis	51.987	32.393
Sobre provisão de ações fiscais	209.122	159.250
Sobre provisão de ações trabalhistas	8.767	2.616
Sobre provisão de ações tributárias	9.826	8.988
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	31.157	-
Sobre ajuste ao valor de mercado	8.617	52.709
Provisão para gratificação de funcionários	2.625	-
Provisão para juros sobre capital próprio	6.732	-
Outras	637	-
Total do ativo	2.715.031	2.038.975
Passivo		
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	211.165	197.502
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	19.816	7.487
Provisão para impostos e contribuições	28.348	-
Total do passivo	259.329	204.989

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2011		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	1.324.809	714.166	2.038.975
(+) Constituição de créditos	936.789	562.073	1.498.862
(-) Realização de créditos	(514.254)	(308.552)	(822.806)
Saldo no fim do exercício	1.747.344	967.687	2.715.031

c) Movimentação do imposto de renda diferido passivo

	2011		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	202.181	2.808	204.989
(+) Constituição de passivos	39.087	15.253	54.340
Saldo no fim do exercício	241.268	18.061	259.329

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios apresentado pelo Conselho de Administração, elaborado mediante estudo do cenário atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajuste IFRS		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
2011	-	229.584	-	68.386	-	101.706	-	399.677
2012	392.832	103.374	69.834	43.865	84.312	45.795	546.978	193.034
2013	231.465	31.498	196.026	101.346	47.722	13.954	475.213	146.798
2014	84.380	45.297	189.365	152.523	12.821	20.067	286.566	217.887
2015	86.532	61.175	245.789	160.748	10.790	27.101	343.111	249.024
2016	79.183	-	257.935	127.822	13.369	-	350.487	127.822
2017	3.998	-	288.775	144.015	507	-	293.280	144.015
2018	1.571	-	357.013	156.713	256	-	358.840	156.713
2019	225	-	26.294	174.210	18	-	26.537	174.210
2020	104	-	31.127	-	22	-	31.253	-
2021	-	159.249	2.766	-	-	70.546	2.766	229.795
Total	880.290	630.177	1.664.924	1.129.628	169.817	279.169	2.715.031	2.038.975

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 838.155 (R\$ 1.733.294 em 31 de dezembro de 2010), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 335.262 (R\$ 693.292 em 1º de dezembro de 2011), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas para o registro do referido crédito.

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, no exercício de dezembro de 2011, estão assim demonstrados:

	2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro de participações de acionistas minoritários	(322.313)
Crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	128.925
Efeito das adições (exclusões) no resultado do exercício	7.531
Ativação de créditos tributários dos exercícios anteriores	360.033
Crédito tributário não ativado	(9)
Outros (*)	57.392
Diferença de alíquota (**)	(491)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	553.381

(*) Os outros valores apresentam a seguinte composição: fraudes indevidas de cartões de crédito no montante de R\$ 1.627; reversão de PDD do fundo de investimento FF Multisequimentos encerrado em 29 de junho de 2011, no montante de R\$ 38.201; e outras adições, exclusões permanentes, no montante de R\$ 567.

(**) Diferença de alíquota entre as empresas.

17 OUTROS ATIVOS

A composição do saldo da rubrica "outros ativos" é a seguinte:

	2011	2010
Valores a receber por cessão de créditos	158.558	189.296
Valores a receber com vendas de direitos creditórios sobre operações de arrendamento mercantil (i)	53.528	91.090
Devedores diversos país (ii)	173.865	89.760
Valores a receber de sociedades ligadas (iii)	-	118.345
Impostos de renda a compensar	87.109	148.060
Depósitos judiciais e fiscais	66.053	38.551
Valores a receber de empréstimos em consignados (iv)	15.583	19.614
Negociação e intermediação de valores	1.194	19.368
Despesas antecipadas (v)	3.048	7.225
Valores específicos (vi)	3.138	3.161
Relações interfinanceiras	9.995	1.320
Pagamentos a ressarcir	967	702
Outros	26.272	15.795
Total	599.310	742.287

(i) Refere-se a valores a receber oriundos da venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil.

(ii) Referem-se substancialmente a valores a receber de créditos cedidos à Caixa Econômica Federal e ao Banco Bradesco.

(iii) Referem-se a valores a receber da Panamericano Prestadora de Serviços Ltda, Panamericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda e Panseg Promoções de Vendas Ltda.

(iv) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco, por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco que constituem integral para perdas e para os repasses em atraso a mais de 180 dias, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2011 R\$ 12.685 (2010 – R\$ 15.856).

(v) Referem-se substancialmente a despesas antecipadas sobre operações de cartões de crédito não incorridas na originação.

(vi) Referem-se substancialmente a valores pendentes de recebimento de cobrança judicial.

18 ATIVO TANGÍVEL

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco também não foi parte de nenhum contrato de arrendamento mercantil para aquisições próprias durante o exercício e período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.

a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos imobilizados são os seguintes:

	Taxa anual de depreciação - %	2011			2010
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.283	(4.180)	2.103	3.085
Instalações	10%	7.711	(6.927)	784	963
Sistema de comunicação	10%	1.671	(1.570)	101	121
Sistema de segurança	10%	51	(51)	-	1
Sistema de processamentos de dados	20%	20.304	(16.885)	3.419	4.389
Sistema de transporte	20%	425	(263)	162	143
Imóveis	4%	5.222	(327)	4.895	28.428
Outros		95	-	95	170
Total		41.762	(30.203)	11.559	37.300

No exercício de 2011, foram baixados valores do ativo imobilizado por “*impairment*” no montante de R\$ 967.

b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” nas foram as seguintes:

	2011
Custo:	
Saldos no início do exercício	68.664
Aquisições	1.689
Baixas	(28.591)
Saldos no final do exercício	41.762

	2011
Depreciação acumulada:	
Saldos no início do exercício	(31.364)
Baixas	4.201
Depreciação líquida	(3.040)
Saldos no final do exercício	(30.203)

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

19 ATIVO INTANGÍVEL

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “ativo intangível” é a seguinte:

	Taxa anual de amortização - %	2011			2010
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Gastos com desenvolvimento logiciais	20%	15.978	(8.152)	7.826	5.840
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	5.821	(1.165)	4.656	1.906
Outros	-	1.322	(120)	1.202	6
Total		23.121	(9.437)	13.684	7.752

b) Variações

As variações na rubrica “ativo intangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	2011
Custo:	
Saldos no início do exercício	15.388
Aquisições	8.458
Baixas	(725)
Saldos no final do exercício	23.121

	2011
Amortização acumulada:	
Saldos no início do exercício	(7.636)
Baixas	531
Amortização líquida	(2.332)
Saldos no final do exercício	(9.437)

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica “depreciações e amortizações”, na demonstração do resultado.

20 DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição

A composição, por classificação tipo dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	2011	2010
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	3.237.632	933.394
Total	3.237.632	933.394
Tipos:		
Obrigações por operações compromissadas	516.428	116.531
Depósitos interfinanceiros	2.721.204	816.863
Total	3.237.632	933.394

b) Abertura por prazo de vencimento

	2011	2010
Prazo		
Até 30 dias	1.460.763	76.373
De 31 a 60 dias	560.041	141.633
De 61 a 90 dias	37.509	156.329
De 91 a 180 dias	1.046.134	340.033
De 181 a 360 dias	2.512	89.856
Acima de 360 dias	130.673	129.170
Total	3.237.632	933.394

A nota 7 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

21 DEPÓSITOS DE CLIENTES

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

a) Composição

	2011	2010
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.804.077	4.766.691
Total	2.804.913	4.768.945
Tipos:		
Depósitos à vista	97.173	43.234
Depósitos à prazo	2.403.138	4.725.711
Letras de crédito de agronegócio	66.711	-
Letras financeiras	237.891	-
Total	2.804.913	4.768.945

b) Abertura por prazo de vencimento

	2011	2010
Prazo		
Sem vencimento	97.173	43.234
Até 30 dias	113.097	270.414
De 31 a 60 dias	29.731	126.621
De 61 a 90 dias	61.317	173.499
De 91 a 180 dias	191.121	558.240
De 181 a 360 dias	600.783	1.290.938
Acima de 360 dias	1.711.691	2.305.999
Total	2.804.913	4.768.945

A nota 7 – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

22 OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR**a) Composição**

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior” é a seguinte:

	2011	2010
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	845.574
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	924.107	-
Total	924.107	845.574

A nota 7 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento do passivo financeiro ao custo amortizado.

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 mil através da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 mil em 26 de outubro de 2009 e US\$ 300.000 mil em 04 de agosto de 2010.

O Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas sênior com vencimentos em 26 de outubro de 2012 e 04 de agosto de 2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$ 200.000 mil e US\$ 300.000 mil, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$ 900 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$ 11.400 mil na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

Segue a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços patrimoniais consolidados:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	2011	2010
199.100	7,0% a.a.	26/10/2012	378.763	337.840
288.638	5,5% a.a.	04/08/2015	546.586	511.239
Total			925.349	849.079
Custos associados à emissão			(1.242)	(3.505)
Total			924.107	845.574

b) Variações

As variações na rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior” foram as seguintes:

	2011
Saldos no início do exercício	845.574
Juros	50.797
Variação cambial	87.264
MTM	(6.274)
Amortizações / baixas	(55.517)
Custos da emissão	2.263
Saldos no final do exercício	924.107

23 RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES

Refere-se a recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos, a serem repassados aos cessionários.

	2011	2010
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	312.425	1.790.789
Total	312.425	1.790.789

A variação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 deve-se a amortizações junto aos cessionários.

24 OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades por coobrigações referentes a créditos cedidos montam a R\$2.082.661 (R\$3.327.390 em 31 de dezembro de 2010), valor presente apurado através das taxas dos contratos de cessão de crédito. O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito e que representa o passivo por coobrigação sobre os créditos cedidos é de R\$ 2.471.998 (R\$4.307.131 em 31 de dezembro de 2010).

	2011	2010
Passivo ao custo amortizado - coobrigação em cessão de crédito		
Passivo por coobrigação em crédito cedido	2.471.998	4.307.131
Total	2.471.998	4.307.131

25 DÍVIDAS SUBORDINADAS

Em 10 de julho de 2006, o Banco emitiu US\$ 125.000 mil, através de “Subordinated Notes” (dívidas subordinadas), dos quais US\$ 50.000 mil foram captados em 18 de julho de 2006 e US\$ 75.000 mil em 16 de agosto de 2006. Em 23 de abril de 2010, o Banco emitiu US\$ 500.000 mil.

a) Composição

Segue abaixo composição das tranches e saldos atualizados nas datas das demonstrações da posição financeiras consolidadas:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	2011	2010
50.000 (*)	11,0% a.a.	18/07/2016	-	87.586
75.000 (*)	11,0% a.a.	18/07/2016	-	131.380
500.000	8,50% a.a.	01/03/2020	961.796	847.066
Total			961.796	1.066.032
Custos associados à emissão			(12.522)	(14.040)
Total			949.274	1.051.992

(*) As dívidas subordinadas relacionadas às tranches com vencimento em 18 de julho de 2016 foram canceladas em razão do resgate total antecipado efetuado pelo Banco em 18 de julho de 2011.

b) Variações

As variações na rubrica “dívidas subordinadas” foram as seguintes:

	2011
Saldos no início do exercício	1.051.992
Juros	48.380
Pagamento de Juros	(291.030)
Variação cambial	129.355
MTM	9.058
Custo associado à emissão	1.519
Saldos no final do exercício	949.274

26 PROVISÕES

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “provisões” é a seguinte:

	2011	2010
Provisão para riscos fiscais	545.376	420.750
Provisões para riscos cíveis	131.802	83.383
Provisões para riscos tributárias	24.627	22.659
Provisões para riscos trabalhistas	22.916	7.409
Provisões técnicas de seguros	115.722	129.471
Total	840.443	663.672

b) Variações

As variações na rubrica “provisões” foram as seguintes:

	2011
Saldos no início do exercício	663.672
Constituições liquidas de reversões e baixas	176.771
Saldos no final do exercício	840.443

c) Riscos Fiscais

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Referem-se a provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e para o Programa de Integração Social – PIS no montante de R\$545.376 (2010 – R\$ 420.750), que vem sendo questionadas judicialmente, e encontram-se amparados por sentença favorável de primeira instância. O Banco está questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98 e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são prováveis.

	2011	2010
COFINS	469.141	361.941
PIS	76.235	58.809
Total	545.376	420.750

d) Riscos de ações trabalhistas, cíveis e tributárias

O Banco e suas controladas estão envolvidos em processos de naturezas cíveis e trabalhistas, representados por ações de danos morais e reclamações trabalhistas diversas. As respectivas provisões são constituídas conforme os critérios descritos na nota explicativa nº 4(M), que leva em consideração as avaliações e posicionamentos dos assessores jurídicos que patrocinam as ações.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

I – Segregadas por natureza:

	2011	2010
Processos cíveis	131.802	83.383
Processos tributários	24.627	22.659
Processos trabalhistas	22.916	7.409
Total	179.345	113.451

II – Movimentação das provisões:

	2011			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos no início do exercício	7.409	83.383	22.659	113.451
Constituições liquidas de reversões e baixas	15.507	48.419	1.968	65.894
Saldos no fim do exercício	22.916	131.802	24.627	179.345

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas ou que possam causar impactos representativos no resultado do Grupo.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

III – Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:

Em dezembro de 2011, a Panamericana de Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desse processo.

e) Provisões técnicas de seguros

A composição dos saldos da rubrica “provisões técnicas” é a seguinte:

	2011	2010
Provisão de prêmios não ganhos		
Prestamista	104	46.123
Acidentes pessoais coletivos	29.110	28.832
Desemprego/perda de renda	27.565	-
Rendas de eventos aleatórios	2.201	3.761
Vida em grupo	574	4.276
Total	59.554	82.992
Sinistros a liquidar		
Prestamista	297	1.737
Acidentes pessoais coletivos	3.559	3.824
Desemprego/perda de renda	310	-
Rendas de eventos aleatórios	811	1.239
Vida em grupo	1.405	2.182
Outros	15	15
Subtotal	6.397	8.997
DPVAT	19.528	24.008
Total	25.925	33.005
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
Prestamista	9.593	3.251
Acidentes pessoais coletivos	1.111	4.829
Desemprego/perda de renda	646	-
Rendas de eventos aleatórios	16	263
Vida em grupo	8.210	480
Resseguros	377	-
Subtotal	19.953	8.823
DPVAT	9.561	1.534
Total	29.514	10.357
Outras provisões		
Prestamista	207	456
Acidentes pessoais coletivos	-	2.329
Rendas de eventos aleatórios	60	99
Vida em grupo	-	88
Outras provisões técnicas de prev. complementar	383	86
Subtotal	650	3.058
DPVAT	79	59
Total	729	3.117
Total das provisões técnicas - Seguros e Resseguros	115.722	129.471

f) Sinistros a liquidar em juízo

Do montante de R\$ 6.397 (R\$ 8.997 em dezembro de 2010), o valor de R\$ 3.235 (R\$ 2.965 em dezembro de 2010) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	2011			2010
	Quantidade de processos	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Perda provável	311	3.235	3.235	2.965
Total	311	3.235	3.235	2.965

27 OUTROS PASSIVOS

A composição do saldo da rubrica “outros passivos” é a seguinte:

	2011	2010
Captação de recursos através de FIDCs	1.070.826	1.140.273
Obrigações sociais e estatutárias (**)	646.472	5.183
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões de crédito	445.818	523.191
Credores Diversos	89.841	63.475
Obrigações fiscais e previdenciárias (*)	53.140	52.197
Serviços de terceiros	34.873	19.078
Valores a pagar a lojistas	24.840	29.917
Arrecadação de cobrança	19.222	44.585
Pessoal	11.924	2.561
Tributos a recolher	6.533	5.707
Valores a pagar a sociedades ligadas	5.016	231.702
Relações interdependências	3.809	522
Outros	59.324	44.465
TOTAL	2.471.638	2.162.856

(*)O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e vantagens oferecidas pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se em 2010 pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

(**) Refere-se, principalmente, valores a pagar para acionista.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Débitos previdenciários	35.853	33.396
Demais débitos	5.751	6.039
Total	41.604	39.435

28 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, é de R\$ 1.108.091, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal demonstrados a seguir:

	2011	2010
Ordinárias	131.881.028	131.881.028
Preferenciais	112.462.912	112.462.912
Total	244.343.940	244.343.940

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei 11.638/07.

Em reunião realizada em 27 de abril de 2011, o Conselho de Administração do Banco aprovou, por unanimidade, o cancelamento de distribuição do JCP referente ao exercício de 2010 no valor bruto de R\$ 6.000, que seriam pagos até 30 de abril de 2011.

O cancelamento da distribuição do JCP se justifica tendo em vista que: (i) foram verificadas, conforme divulgado no Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, que as demonstrações financeiras até então publicadas, incluindo as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2010, base da deliberação dos JCP, estavam definitivamente comprometidas em sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante aos princípios contábeis e, portanto, não refletiam a real situação patrimonial do Banco à época, tendo inclusive sido identificadas posteriormente perdas que somadas chegaram à ordem de aproximadamente R\$ 4,3 bilhões; e (ii) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2010 e 30 de novembro de 2010, naquele momento as únicas demonstrações financeiras fidedignas da Instituição, apontam a inexistência de lucro líquido, o que impossibilita o pagamento de JCP, de acordo com a legislação em vigor.

Conforme o estatuto social do Banco, em 31 de dezembro de 2011 foram provisionados juros sobre capital próprio no valor de R\$ 16.830, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

c) Reservas de lucro

Reserva legal: nos termos do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para

a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido: Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que terá por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos da rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada.

e) Depósito de acionistas

Em 31 de janeiro de 2011, mediante operação financeira complementar, que contou com o conhecimento do BACEN e com o apoio financeiro do FGC – Fundo Garantidor de Crédito, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos) aportou o valor de R\$ 1.300.000 no Banco para assumir os prejuízos decorrentes das irregularidades contábeis adicionais, divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 do Banco. O objetivo deste aporte foi reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional do Banco.

f) Participação dos acionistas não controladores

	2011
Saldo no início do exercício	1.702
Participação no prejuízo do exercício	3
Outros (*)	(1.673)
Saldo no final do exercício	32

(*) Refere-se à aquisição em 27 de maio de 2011 de 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana Seguros S.A. pelo Banco.

29 RECEITA LÍQUIDA COM JUROS

A Receita líquida com juros é calculada pela diferença das Receitas com juros e as despesas com juros no exercício.

As Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

As despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	2011
Receitas com juros e similares	
Títulos e valores mobiliários	829.498
Títulos emprestados a operações compromissadas	135.768
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.315.816
Lucro nas cessões de crédito	972.232
Variações cambiais	657.422
Outras	299.370
Total de receitas com juros	5.210.106
Despesas com juros e similares	
Depósitos de clientes	(484.421)
Despesas de títulos e valores mobiliários no exterior	(725.805)
Depósitos de instituições financeiras	(125.256)
Dívidas subordinadas	(490.508)
Variações cambiais	(5.041)
Operações de arrendamento mercantil	(450.759)
Títulos tomados em empréstimos e operações compromissadas	(723.815)
Outras	(28.928)
Total de despesas com juros	(3.034.533)
Receita líquida com juros	2.175.573

30 RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A composição dos saldos da rubrica “receitas de tarifas e comissões” é a seguinte:

	2011
Rendas de cartões	114.786
Taxa de administração de carteiras	13.300
Intermediação de Seguros	5.694
Rendas sobre convênio - arrecadação	5.079
Tarifas sobre financiamentos	2.765
Outras rendas de tarifas	1.888
Rendas de cobrança	50
Receita de tarifas e comissões	143.563

31 DESPESAS COM PESSOAL

A composição dos saldos da rubrica “despesa com pessoal” é a seguinte:

	2011
Proventos	(62.231)
Honorários	(9.030)
Encargos sociais	(23.715)
Benefícios	(10.567)
Treinamento	(556)
Total	(106.099)

32 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos da rubrica “despesas tributárias” é a seguinte:

	2011
COFINS	(85.246)
PIS	(23.559)
Diversos impostos e taxas (i)	(26.955)
ISS	(13.349)
Total	(149.109)

(i) Refere-se substancialmente aos tributos municipais e federais e taxa de fiscalização

33 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição dos saldos da rubrica “outras despesas administrativas” é a seguinte:

	2011
Comissões pagas a lojistas e promotoras	(759.060)
Serviços de terceiros	(177.012)
Processamento de dados	(84.712)
Acordos judiciais	(34.034)
Serviços do sistema financeiro	(66.540)
Despesas com busca e apreensão de bens	(50.460)
Comunicações	(41.209)
Aluguéis	(15.361)
Taxas e emolumentos	(6.359)
Propaganda, promoções e publicidade	(10.255)
Transporte	(6.817)
Manutenção e conservação de bens	(3.166)
Viagens	(1.811)
Materiais de consumo	(1.250)
Outras	(76.994)
Total	(1.335.040)

34 PROVISÕES (LÍQUIDAS)

A composição dos valores da rubrica “provisões (líquidas)” é a seguinte:

	2011
Riscos tributários	1.741
Riscos cíveis	78.741
Riscos trabalhistas	13.454
Outras	657
Total	94.593

35 RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS

A composição dos saldos da rubrica “resultado líquido das operações de seguros” é a seguinte:

	2011
Prêmios de seguros	
Prestamista	6.242
Acidentes pessoais	70.869
Desemprego/perda de renda	4.800
Rendas de eventos aleatórios	1.921
Vida em grupo	5.522
Reversão provisão	7.407
Subtotal	96.761
DPVAT	33.434
Total	130.195
Receitas (despesas) de sinistros e movimentação dos passivos de seguros	
Prestamista	(14.550)
Acidentes pessoais	2.000
Desemprego/perda de renda	(1.253)
Rendas de eventos aleatórios	(2.042)
Vida em grupo	(16.078)
Subtotal	(31.923)
DPVAT	(29.096)
Total	(61.019)
Resultado líquido das operações de seguros	69.176

36 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A composição dos saldos da rubrica “outras receitas (despesas) operacionais” é a seguinte:

	2011
Taxa de registro cartório	16.697
Rendas sobre aluguel	559
Serviços de cobrança (*)	27.292
Recuperação de encargos e despesas	42.294
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	85.264
Reversão de provisões	132.104
Variação monetária ativa	1.230
Atualização monetária de valores a receber - cessão	67.343
Restituição de prêmios de seguros	34.541
Outras receitas não operacionais (**)	22.013
Despesa de cessão de operações de crédito	(148.065)
Prejuízo com operações de crédito/financiamento	(22.126)
Descontos concedidos	(11.914)
Fraudes dedutíveis/indedutíveis	(21.341)
Variação monetária passiva	(51.085)
Despesas de comercialização de seguros	(5.139)
Despesa com veículos apreendidos	(29.936)
Outras receitas / despesas operacionais	(44.740)
Total	94.991

(*) Refere-se basicamente a recuperação de valores que foram pagos para as acessórias de cobrança.

(**) Refere-se basicamente a BNDU.

37 PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Banco incluem partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto e aqueles em que o Banco é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada do Banco.

a) Saldos com partes relacionadas

A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

		2011		2010
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) (XII)	Ativo (Passivo)
Aplicação interfinanceira de liquidez (i)				
BTG Pactual S.A.	Controladores	639.461	29.656	-
Caixa Econômica Federal	Controladores	-	16.490	-
Total		639.461	46.146	-
Outros ativos – Arrecadação de cobrança (ii)				
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	-	5
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Ligada	-	-	118.340
Total		-	-	118.345
Cessão de crédito (iii)				
Caixa Econômica Federal	Controladores	41.973	-	33.612
Total		41.973	-	33.612
Depósitos à vista (iv)				
Panamericano DTVM S.A.	Ligada	-	-	(129)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	-	(1.012)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Ligada	-	-	(7.183)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	Ligada	-	-	(493)
Vimave Comércio de Eletro – Eletrônicos Ltda.	Ligada	-	-	(4)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	Ligada	-	-	(7)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	Ligada	-	-	(11)
Liderança Capitalização S.A.	Ligada	-	-	(2)
BF Utilidades Domesticas Ltda.	Ligada	-	-	(5)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	Ligada	-	-	(2)
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Ligada	-	-	(6)
SSF Fomento Comercial Ltda.	Ligada	-	-	(17)
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	Ligada	-	-	(182)
Silvio Santos Participações Ltda.	Ligada	-	-	(3)
Panamericano Com Prod. E Serv. Ltda.	Ligada	-	-	(76)
Oscar Freire Open View-Emp. Imob. Ltda.	Ligada	-	-	(8)
Galeno de Almeida Open View	Ligada	-	-	(7)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	Ligada	-	-	(1)
Hotel Jequití Ltda.	Ligada	-	-	(48)
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	Ligada	-	-	(321)
Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda.	Ligada	-	-	(1)
Total		-	-	(9.518)

		2011		2010
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) (XII)	Ativo (Passivo)
Depósitos interfinanceiros (v)				
BTG Pactual S.A.	Controladores	(500.504)	(2.128)	-
Caixa Econômica Federal	Controladores	(2.063.958)	(63.958)	-
Panamericano DTVM S.A.	Ligada	-	(246)	(6.738)
Total		(2.564.462)	(66.332)	(6.738)
Depósitos a prazo (vi)				
Pessoal chave da administração		-	(139)	(3.328)
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	Ligada	-	(293)	(6.877)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	Ligada	-	-	(9)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	(126)	-
BF Utilidades Domesticas Ltda.	Ligada	-	(37)	(808)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	Ligada	-	(49)	(1.102)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	Ligada	-	(10)	(230)
SSF Fomento Comercial Ltda.	Ligada	-	(9)	(199)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	Ligada	-	(417)	(14.349)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	Ligada	-	(46)	(1.152)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Ligada	-	(1.712)	(9.041)
Total		-	(2.838)	(37.095)
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos ("Caixa CDC FIDC") (vii)				
Silvio Santos Participações Ltda.	Ligada	-	(32)	(4.262)
Pessoal chave da administração	Ligada	-	(2.803)	(57.301)
Total		-	(2.835)	(61.563)
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos ("Caixa Master CDC FIDC") (vii)				
Pessoal chave da administração		-	(150)	(2.719)
Total		-	(150)	(2.719)
Obrigações por operações compromissadas (viii)				
Banco BTG Pactual S.A.	Controladores	-	(1.714)	-
Caixa Econômica Federal	Controladores	(300.037)	(789)	-
Total		(300.037)	(2.503)	-

		2011		2010
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) (XII)	Ativo (Passivo)
Outras obrigações (ix)				
BTG Pactual S.A. (XIII)	Controladores	(629.641)	-	-
Caixa Econômica Federal	Controladores	(23.482)	-	-
Panamericano DTVM S.A.	Ligada	-	-	(800)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	-	(6.402)
Panamericano Adm. de Cartões de crédito Ltda.	Ligada	-	-	(223.406)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	Ligada	-	-	(913)
Silvio Santos Participações Ltda.	Ligada	-	-	(181)
Grupo de Consórcio	Ligada	-	-	-
Total		(653.123)	-	(231.702)
Outras despesas administrativas (x)				
Panamericano DTVM S.A.	Ligada	-	(4.283)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	(66.741)	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Ligada	-	(36.323)	-
BF Par Utilidades Domesticas Ltda.	Ligada	-	(1.103)	-
BF Utilidades Domesticas Ltda.	Ligada	-	(1.187)	-
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda	Ligada	-	(76)	-
Hotel Jequiti Ltda.	Ligada	-	(2)	-
Promolider Promotora Vendas Ltda.	Ligada	-	(40)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	Ligada	-	(17)	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	Ligada	-	(6)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda	Ligada	-	(1.118)	-
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	Ligada	-	(753)	-
Panamericano Com.Prod. e Serv. Ltda	Ligada	-	(1.217)	-
SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda.	Ligada	-	(5)	-
Total		-	(112.871)	-
Resultado obtido na cessão de crédito (xi)				
Caixa Econômica Federal	Controladores	-	(403.100)	-
Total		-	(403.100)	-

- (i) Referem-se a aplicações do Banco com taxas equivalentes às do CDI;
- (ii) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados, que são repassados em D + 1;
- (iii) Referem-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;
- (iv) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco;
- (v) Referem-se à captação através de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (vi) Referem-se à captação através de depósitos a prazo efetuados no Banco;
- (vii) Referem-se à captação através de cotas do FIDC;
- (viii) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
- (ix) Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados através de empresas ligadas, serviços prestados, e intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pela DTVM;
- (x) Outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;
- (xi) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.
- (xii) Exceto pelas informações da Caixa, BTG Pactual e pessoal chave de administração, as demais informações de administração, as demais informações de receitas e despesas referem-se a transações com empresas consideradas como partes relacionadas até 27 de maio de 2011, data de troca do controlador econômico do Banco
- (xiii) Refere-se a depósito de acionista efetuado em 09 de novembro de 2011.

b) Remuneração da administração

O Banco contribui mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante dessa contribuição foi R\$ 9.030 no consolidado.

c) Benefícios de curto prazo – remuneração dos administradores

	2011
Despesas de honorários (*)	8.206
Gratificações/Bônus (*)	824
Contribuição ao INSS	1.984
Total	11.014

(*) Registrados na rubrica de “despesas com pessoal”.

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, para os quais seja requerida a constituição de passivo atuarial, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

38 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco e suas controladas contribuem mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco e de suas controladas como patrocinadores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante dessa contribuição foi de R\$ 784 no Banco e R\$ 1.057 no Consolidado.

Além desse benefício, o Banco Panamericano oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento. O montante dessas despesas totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em R\$ 10.610 no Consolidado.

39 ATIVOS OFERECIDOS EM GARANTIA

	2011	2010
Ativos financeiros oferecidos em garantia:		
Instrumentos de dívida	565.205	114.681
Depósitos de instituições financeiras	66.989	38.513
Total	632.194	153.194

40 GARANTIAS PRESTADAS E COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Como exigido, o “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (notional) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

	2011	2010
Garantias e outras fianças:		
Garantias financeiras	(23.484)	(20.062)
Depositários de valores em custódia	(296.835)	(4.262)
Total de garantias prestadas	(320.319)	(24.324)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco detinha cheques de terceiros sob custódia no valor total de R\$ 296.835 (R\$ 4.262 em 2010).

41 TRANSIÇÃO PARA O IFRS

41.1 Conciliação do PL e resultado entre o BRGAAP/Bacen e IFRS

		2011		2010
		Resultado Abrangente	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo em BRGaap atribuído aos controladores		67.043	1.227.288	19.150
Reapresentação dos valores correspondentes das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010	(a)	-	-	(148.035)
Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao Custo amortizado por meio da utilização da taxa efetiva de juros	(b)	(111.835)	(164.984)	(53.149)
Reconhecimento de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios	(c)	297.706	(347.060)	(644.769)
Provisão para perdas em ativo financeiro – <i>impairment</i> - PDD	(d)	87.501	87.501	-
Efeito tributário sobre ajustes IFRS	(e)	(109.350)	169.817	279.169
Saldo em IFRS atribuído aos controladores		231.065	972.562	(547.634)

a) Reapresentação dos valores correspondentes das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010

A reapresentação dos valores correspondentes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2010 refere-se:

- Baixa de contas transitórias ativas e passivas, pendentes há mais de 180 dias;

- O Banco alterou sua política contábil relativa aos valores recebidos antecipadamente de clientes cujos créditos haviam sido cedidos a outras instituições financeiras. Anteriormente essas antecipações eram atualizadas pelas taxas de contratação dessas operações, pela expectativa do Banco em ceder novas operações de créditos aos cessionários em troca dessas dívidas. Todavia, a maioria dos passivos de liquidação antecipada estava sendo quitada em espécie pelo Banco, sendo assim atualizados pelas taxas pactuadas nas operações de cessão de crédito. Dessa forma, o Banco decidiu passar a atualizar todos os passivos pelas taxas das operações de cessão de crédito para demonstrar a efetiva obrigação do Banco para com os respectivos cessionários;e
- Efeitos tributários.

b) Mensuração de empréstimos e recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da taxa efetiva de juros

Nas demonstrações financeiras preparadas para atendimento das práticas contábeis aplicáveis no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Banco reconhece imediatamente no resultado do período as receitas de tarifas de abertura de operações de empréstimos e recebíveis para clientes na data de concessão dos créditos aos clientes e apropria parcialmente os custos de transação relacionados a essas mesmas operações.

Utilizou-se o método da taxa efetiva de juros segundo para o cálculo do custo contábil das operações de crédito, incluindo as operações objetos de cessão com retenção substancial de riscos e benefícios. Segundo o IAS 39, as receitas e despesas de juros dos instrumentos financeiros são reconhecidas ao longo da vigência dos contratos, em que a taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa de pagamentos ou recebimentos futuros ao longo do contrato. Foram considerados todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros no cálculo da taxa efetiva de juros, porém não foram consideradas as perdas futuras nos contratos, o que não é permitido pela IAS 39.

O Banco incluiu todas as receitas, custos de transação e outros prêmios ou descontos que são pagos ou recebidos entre as partes do contrato e que fazem parte integral da formação da taxa efetiva de juros (conforme definidos pela IAS 18), e conseqüentemente todos os custos e receitas de transação foram considerados no cálculo da taxa efetiva de juros em conformidade com o IFRS.

c) Reconhecimento de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco realizou a baixa de ativos objetos de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, a partir de 1º de janeiro de 2004, e de acordo com os requisitos do IFRS 1, foi recomposto e registrado o ativo transferido com retenção de riscos e benefícios e registrado o passivo referente à coobrigação na operação de cessão de crédito na data de transição ao IFRS. O resultado referente à operação de cessão de crédito será reconhecido pelo prazo das operações de crédito.

d) Impairment de ativos financeiros – PDD

Conforme requerimentos da IAS 39 foram avaliados os instrumentos financeiros quanto à existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros esteja sujeito a perda ao valor recuperável. Quando identificado evidência objetiva de deterioração do ativo, foi mensurada a perda de valor recuperável do ativo como a diferença entre a quantia contabilizada do ativo considerando os critérios estabelecidos pela Resolução Bacen nº2682, que dispõe sobre critérios para constituição de provisão para devedores duvidosos, e o valor de

impairment mensurado através da análise da perda histórica observável de uma janela de tempo suficiente, para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições incomuns, conforme demonstrado na nota 7.2.1 item E, provisão para redução ao valor recuperável.

e) Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

A IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágio, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação.

41.2 Apresenta-se abaixo balanço patrimonial da data de transição para IFRS (1º de dezembro de 2010)

Ativo	2010
Caixa e equivalentes de caixa	1.172.225
Depósitos Compulsórios no Banco Central	804
Ativos financeiros avaliados ao valor justo	519.596
Ativos financeiros para negociação	43.718
<i>Instrumento de dívida</i>	2.880
<i>Instrumentos de patrimônio</i>	18.562
<i>Derivativos Ativo</i>	22.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	475.878
<i>Instrumentos de dívida</i>	475.878
Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	11.824.520
Ativos mantidos até o vencimento	726
<i>Instrumentos de dívida</i>	726
Empréstimos e recebíveis	11.823.794
<i>Empréstimos e adiantamentos de instituições financeiras</i>	413.738
<i>Empréstimos e adiantamentos a clientes</i>	11.410.056
Ativos não correntes para venda	91.764
Créditos tributários	1.980.082
<i>Ativos diferidos</i>	1.980.082
Outros ativos	545.903
Ativo imobilizado	37.189
Ativo intangível	7.203
Total do ativo	16.179.286

Passivo e patrimônio líquido	2010
Passivos financeiros para negociação	357.554
<i>Derivativos</i>	357.554
Passivos financeiros ao custo amortizado	13.054.068
<i>Depósitos de instituições financeiras</i>	822.006
<i>Depósitos de clientes</i>	4.856.513
<i>Obrigações por títulos e valores mobiliários</i>	866.270
<i>Relações com correspondentes</i>	1.526.921
<i>Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros</i>	3.906.879
<i>Dívidas subordinadas</i>	1.075.479
Provisões	628.195
<i>Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões</i>	105.794
<i>Provisões técnicas de seguros</i>	127.393
<i>Provisões para riscos fiscais</i>	395.008
Passivos fiscais	203.355
<i>Correntes</i>	1.645
<i>Diferidos</i>	201.710
Outros passivos	2.146.568
Total do passivo	16.389.740
Patrimônio a descoberto atribuído aos acionistas controladores	(212.374)
Capital social	1.108.091
Capital social - país	1.108.091
Reserva de lucros	483.570
Reservas de capital	172
Prejuízos acumulados	(1.804.207)
Ajustes ao valor justo	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários	1.920
Patrimônio a descoberto total	(210.454)
Total do passivo e patrimônio líquido/patrimônio a descoberto	16.179.286

42 SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Banco ou Financeiro
- Seguros
- Consórcios
- Outros

O segmento Banco ou Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Seguro tem como objetivo a exploração de seguros dos ramos de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro-desemprego), de vida em grupo e danos pessoais.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, utilitários, motocicletas, eletroeletrônicos e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento Outros tem como objetivo demonstrar as operações da empresa do Grupo Panamericano denominada Panserv Prestadora de Seguros LTDA que atua como correspondente bancário do Banco..

As operações dos segmentos Banco, Consórcio e Seguro estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Banco.

Todas as receitas e despesas demonstradas no quadro de segmentação foram geradas junto a clientes externos. Não foram geradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 resultado entre os segmentos Banco, Seguro, Consórcio e Outros.

As demonstrações de resultado condensadas e outros dados significativos estão relacionados a seguir:

	31/12/2011					
	Banco	Seguro	Consórcio	Outros	Eliminações	Total
Receitas com juros e similares	5.179.007	31.099	-	-	(2.182)	5.210.106
Despesas com juros e similares	(3.032.420)	(4.296)	2.123	59	2.182	(3.034.533)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	2.146.587	26.803	2.123	59	-	2.175.573
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(1.168.626)	-	-	-	-	(1.168.626)
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	981.548	26.803	2.123	59	-	1.006.947
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	159.280	3.742	-	-	-	163.022
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	9.515	3.742	-	-	-	13.257
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	149.765	-	-	-	-	149.765
Receitas de tarifas e comissões	130.263	-	13.300	21.443	(21.443)	143.563
Despesas administrativas	(1.523.340)	(35.083)	(11.996)	(19.829)	-	(1.590.248)
Despesas com pessoal	(84.986)	(4.496)	(1.038)	(15.579)	-	(106.099)
Despesas Tributárias	(136.733)	(6.236)	(3.092)	(3.048)	-	(149.109)
Outras despesas administrativas	(1.301.621)	(24.351)	(7.866)	(1.202)	-	(1.335.040)
Depreciações e amortizações	(4.688)	(630)	(54)	-	-	(5.372)
Provisões (líquidas)	(92.817)	-	(1.776)	-	-	(94.593)
Resultado líquido das operações de seguros	-	70.365	-	-	(1.189)	69.176
Outras receitas (despesas) operacionais	110.611	(13.957)	(173)	7	(1.497)	94.991
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	(116.086)	6.315	(28)	-	-	(109.799)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(361.614)	60.354	1.396	1.680	(24.129)	(322.313)

	31/12/2011					
	Banco	Seguro	Consórcio	Outros	Eliminações	Total
Total em ativos	14.942.349	312.264	30.972	8.600	(27.845)	15.266.340
Total em passivos	14.092.776	179.365	18.079	5.584	(2.058)	14.293.746

43 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 28 de dezembro de 2011, o Banco firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Ourinvest Real Estate Holding S.A. (“Ourinvest”), os acionistas da Ourinvest (“Acionistas Ourinvest”), a TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), a Coyote Trail LLC (“Coyote”), o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) e a Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), visando à assinatura de contratos definitivos para regular a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE (“Aquisição”).

A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. A Aquisição adicionará ao Banco uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garantirá a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos 88 pontos de venda da BM Sua Casa.

Como passo preparatório para a Aquisição, a BFRE será reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários (“Brazilian Capital”) - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação (“Ativos de Gestão”), dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não serão igualmente objeto da Aquisição pelo Banco: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários atualmente desenvolvidas pela Brazilian Mortgages (“Atividades de Administração”); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas (“Ativos Proprietários”).

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Panamericano, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiriam capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, será objeto da Aquisição apenas os ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) (“Ativos de Originação, Financiamento e Securitização”).

O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, é de R\$ 940.361 (“Valor de Aquisição”). O Valor de Aquisição representa um ágio de R\$ 140.361 sobre o Patrimônio Líquido estimado da BFRE ao final do exercício social de 2011, de R\$ 800.000. Portanto, o múltiplo implícito da Aquisição é de 1,175x (P/PL 2011E), sem considerar o benefício do ágio da transação, e de aproximadamente 1,13x (P/PL 2011E) considerando o valor presente do benefício do ágio da Aquisição.

Uma vez implementada a reorganização societária da BFRE acima mencionada e simultaneamente à Aquisição, o BTG Pactual adquirirá os Ativos de Gestão e as Atividades de Administração pelo valor global de R\$ 275.000. No contexto da operação, o BTG Pactual também adquirirá da BFRE a totalidade dos Ativos Proprietários. É condição de negócio para os vendedores que tanto os Ativos de Originação, Financiamento e Securitização quanto os Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários sejam alienados.

Em 31 de janeiro de 2012, foram celebrados com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest, os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”). A conclusão e fechamento da operação está sujeita à verificação de condições, incluindo a aprovação (i) pelo BACEN da transferência do controle acionário da Brazilian Mortgages; e (ii) pelos acionistas do Panamericano da aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, em Assembleia Geral a ser oportunamente convocada.

- b) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, foi aprovado aumento do capital social do Banco, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$ 1.800.000, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção do número de ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

Os acionistas CaixaPar – Caixa Participações S.A. (“CaixaPar”) e Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), acionistas titulares, em conjunto, nesta data, de 100% do capital votante e 74,20% do capital social total do Banco, subscreverão, observado o parágrafo seguinte e por meio do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de que são titulares, o montante mínimo de R\$ 1.335.651 (“Subscrição Mínima”), o que corresponderá ao montante mínimo do Aumento de Capital.

O preço de emissão foi fixado em R\$6,05 por ação ordinária ou preferencial, o qual foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas do Banco, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), com base na cotação média de mercado das ações preferenciais de emissão do Banco nos 180 (cento e oitenta) pregões de negociação da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) compreendidos entre 11/04/2011, inclusive, e 27/12/2011, inclusive, sem ágio ou deságio.

Caso o Aumento de Capital atinja o seu valor máximo, o capital social do Banco passará a ser de R\$ 2.908.091, representado por 541.864.602 ações. Na hipótese de Subscrição Mínima, o capital social do Banco passará a ser de R\$ 2.443.742, representado por 465.112.732 ações.

Em 31 de janeiro de 2012, os acionistas detentores de 100% do capital votante do Banco subscreveram e integralizaram por meio do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias de que são titulares, o montante de R\$ 971.523.

Os valores citados anteriormente, já integralizados em 31 de janeiro de 2012, na estimativa da Administração, seriam suficientes para adequar o Banco ao padrão de capital estabelecido na Resolução CMN nº 3.490/07.

- c) Em 18 de janeiro de 2012, os acionistas do Banco, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a proposta de incremento do dividendo obrigatório do mesmo, a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2012, dos atuais 25% para 30% do lucro líquido ajustado, sendo tal dividendo obrigatório ainda majorado para 35% a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2013 (inclusive).

São Paulo, 19 de Março de 2012

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice-Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Marcos Roberto Vasconcelos

Roberto Balls Sallouti

Marcio Percival Alves Pinto

Fabio Lenza

Antonio Carlos Canto Porto Filho

Roy Martelanc

Marcos Antonio Macedo Cintra

Otto Steiner Junior

Mateus Affonso Bandeira

DIRETORIA

Diretor Superintendente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Iuri Rapoport

Eduardo Nogueira Domeque

Leandro de Azambuja Micotti

Paulo Alexandre da Graça Cunha

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa

Willy Otto Jordan Neto

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

CONSELHO FISCAL

Daniela Maluf Pfeiffer

Fábio Franco Barbosa Fernandes

Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Otto Steiner Junior

Antonio Carlos Rovai

Marcos Wagner da Fonseca

Sergio de Jesus

Contador – CRC 1SP198209/O-2